



Demonstrações Contábeis BrGaap

31 de Dezembro de 2013

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	116
Relatório dos Auditores Independentes	118
Parecer do Conselho Fiscal	121
Parecer do Conselho da Administração	122

Balço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (f))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (f))
CIRCULANTE	400.149.115	351.218.182	400.931.075	351.859.802
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	11.480.407	8.035.967	11.480.407	8.035.967
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	44.904.342	75.183.272	44.904.342	75.183.272
Aplicações no mercado aberto	37.232.669	72.104.596	37.232.669	72.104.596
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.672.360	3.078.757	7.672.360	3.078.757
Provisões para perdas	(687)	(81)	(687)	(81)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	112.639.473	91.877.035	113.261.241	92.375.479
Carteira própria - livre	58.724.773	57.146.000	59.346.541	57.644.444
Vinculados a compromissos de recompra	53.649.345	34.647.909	53.649.345	34.647.909
Instrumentos financeiros derivativos	260.317	82.128	260.317	82.128
Vinculados ao Banco Central		998		998
Vinculados a prestação de garantias	5.038		5.038	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	86.740.369	72.880.330	86.740.369	72.880.330
Pagamentos e recebimentos a liquidar	73.327	247.478	73.327	247.478
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	86.188.520	72.199.506	86.188.520	72.199.506
Correspondentes	478.522	433.346	478.522	433.346
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	593.239	713.650	593.239	713.650
Recursos em trânsito de terceiros	220	146	220	146
Transferências internas de recursos	593.019	713.504	593.019	713.504
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	104.418.611	72.168.700	104.418.611	72.168.700
Setor público	3.817.686	3.032.766	3.817.686	3.032.766
Setor privado	109.483.015	77.669.528	109.483.015	77.669.528
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	585.312	366.301	585.312	366.301
Provisão para operações de créditos	(9.467.402)	(8.899.895)	(9.467.402)	(8.899.895)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	38.317.229	29.403.813	38.477.421	29.546.989
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799	26.042	31.799
Carteira de câmbio	686.732	114.195	686.732	114.195
Rendas a receber	2.019.622	1.623.801	2.180.487	1.764.138
Negociação e intermediação de valores	864	4.714	864	4.714
Créditos específicos	716.094	692.906	716.094	692.906
Diversos	35.143.263	27.091.674	35.142.590	27.094.513
Provisão para outros créditos	(275.388)	(155.276)	(275.388)	(155.276)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.055.445	955.415	1.055.445	955.415
Outros valores e bens	1.020.169	798.227	1.020.169	798.227
Provisões para perdas	(31.614)	(103.028)	(31.614)	(103.028)
Despesas antecipadas	66.890	260.216	66.890	260.216
NÃO CIRCULANTE	458.326.241	352.034.110	457.394.261	351.347.795
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	50.026.983	46.588.282	50.026.983	46.588.282
Carteira própria - livre	14.200.836	32.586.271	14.200.836	32.586.271
Vinculados a compromissos de recompra	31.542.429	12.318.617	31.542.429	12.318.617
Vinculados ao Banco Central	944		944	
Vinculados a prestação de garantias	4.282.774	1.683.394	4.282.774	1.683.394
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	20.797.571	18.776.893	20.797.571	18.776.893
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	20.797.571	18.776.893	20.797.571	18.776.893
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	357.426.648	261.853.600	357.426.648	261.853.600
Setor público	33.611.053	24.871.263	33.611.053	24.871.263
Setor privado	334.360.959	245.740.679	334.360.959	245.740.679
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.629.761	2.058.966	3.629.761	2.058.966
Provisão para operações de créditos	(14.175.125)	(10.817.308)	(14.175.125)	(10.817.308)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	20.241.981	16.560.759	20.241.981	16.560.759
Diversos	20.290.362	16.609.378	20.290.362	16.609.378
Provisão para outros créditos	(48.381)	(48.619)	(48.381)	(48.619)
PERMANENTE	9.833.058	8.254.576	8.901.078	7.568.261
INVESTIMENTOS (Nota 11)	4.272.753	3.964.971	3.340.773	3.278.656
Participações em coligadas e controladas:	3.897.399	3.727.613	2.965.419	3.041.298
- No país	3.896.611	3.726.366	2.964.631	3.040.051
- No exterior	788	1.247	788	1.247
Outros investimentos	455.720	256.039	455.720	256.039
Provisão para perdas	(80.366)	(18.681)	(80.366)	(18.681)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.026.322	2.164.942	3.026.322	2.164.942
Imóveis de uso	770.513	310.261	770.513	310.261
Reavaliações de imóveis de uso	743.272	744.011	743.272	744.011
Outras imobilizações de uso	5.667.682	4.697.398	5.667.682	4.697.398
Depreciações acumuladas	(4.155.145)	(3.586.728)	(4.155.145)	(3.586.728)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.533.983	2.122.238	2.533.983	2.122.238
Ativos intangíveis	3.617.578	2.990.846	3.617.578	2.990.846
Amortizações acumuladas	(1.083.595)	(868.608)	(1.083.595)	(868.608)
DIFERIDO		2.425		2.425
Gastos de organização e expansão		38.466		38.466
Amortizações acumuladas		(36.041)		(36.041)
T O T A L	858.475.356	703.252.292	858.325.336	703.207.597

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	526.346.591	443.665.401	526.196.571	443.620.706
DEPÓSITOS (Nota 14)	304.015.240	280.729.181	303.729.806	280.729.051
Depósitos à vista	25.170.971	27.385.571	25.170.971	27.385.571
Depósitos de poupança	209.573.848	176.298.622	209.573.848	176.298.622
Depósitos interfinanceiros	2.226.373	10.260.691	2.226.373	10.260.691
Depósitos a prazo	56.888.921	57.516.733	56.603.487	57.516.607
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	9.267.564	10.155.127	9.267.564
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	115.453.523	90.984.561	115.368.762	90.785.152
Carteira própria	82.694.499	44.478.327	82.609.738	44.278.918
Carteira de terceiros	32.759.024	46.506.234	32.759.024	46.506.234
RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	43.595.248	16.835.519	43.595.248	16.835.519
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	37.263.075	13.708.836	37.263.075	13.708.836
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	6.332.173	3.126.683	6.332.173	3.126.683
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	526.624	372.381	526.624	372.381
Recebimentos e pagamentos a liquidar	507.669	358.957	507.669	358.957
Correspondentes	18.955	13.424	18.955	13.424
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.043.376	1.385.371	2.043.376	1.385.371
Recursos em trânsito de terceiros	1.525.075	1.262.980	1.525.075	1.262.980
Transferências internas de recursos	518.301	122.391	518.301	122.391
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	893.112	43.300	893.112	43.300
Empréstimos no país - Outras instituições				
Empréstimos no exterior	893.112	43.300	893.112	43.300
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	2.124.038	2.356.114	2.124.038	2.356.114
TESOURO NACIONAL - PIS	641.650	348.806	641.650	348.806
BNDES	618.401	1.633.823	618.401	1.633.823
FGTS	861.689	371.285	861.689	371.285
Outras	2.298	2.200	2.298	2.200
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	89.171	539	89.171	539
Instrumentos financeiros derivativos	89.171	539	89.171	539
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	57.606.259	50.958.435	57.826.434	51.113.279
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	264.352	258.984	264.352	258.984
Carteira de câmbio	39.318	93.105	39.318	93.105
Sociais e estatutárias	4.523.044	5.660.303	4.523.044	5.660.303
Fiscais e previdenciárias	1.993.050	1.656.481	2.212.856	1.811.050
Negociação e intermediação de valores	44.592	5.075	44.592	5.075
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	842.957	989.075	842.957	989.075
Recursos para destinação específica:	8.852.307	7.629.604	8.852.307	7.629.604
- Obrigações de operações com loterias	1.310.495	1.237.388	1.310.495	1.237.388
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.268.366	5.893.513	7.268.366	5.893.513
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	273.446	498.703	273.446	498.703
Diversas	41.046.639	34.665.808	41.047.008	34.666.083
NÃO CIRCULANTE	296.755.402	235.540.610	296.755.402	235.540.610
DEPÓSITOS (Nota 14)	57.039.948	39.050.915	57.039.948	39.050.915
Depósitos interfinanceiros	127.189	32.742	127.189	32.742
Depósitos a prazo	56.912.759	39.018.173	56.912.759	39.018.173
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	1.120.867	3.123.417	1.120.867	3.123.417
Carteira própria	1.120.867	3.123.417	1,120.867	3,123.417
RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	40.227.746	32.167.675	40.227.746	32.167.675
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	40.227.746	32.167.675	40.227.746	32.167.675
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	2.338.821		2.338.821	
Empréstimos no exterior	2.338.821		2,338.821	
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	156.198.141	121.381.325	156.198.141	121.381.325
TESOURO NACIONAL - PIS	17.912	406.796	17.912	406.796
BNDES	23.012.645	15.922.207	23.012.645	15.922.207
FGTS	131.870.736	104.424.931	131.870.736	104.424.931
Outras	1.296.848	627.391	1.296.848	627.391
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	39.829.879	39.817.278	39.829.879	39.817.278
Fiscais e previdenciárias	154.242	162.625	154.242	162.625
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	39.675.637	39.654.653	39.675.637	39.654.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	35.373.363	24.046.281	35.373.363	24.046.281
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	26.325.236	35.000.000	26.325.236
- Capital a realizar	(12.945.198)	(4.270.434)	(12.945.198)	(4.270.434)
Instrumento elegível ao capital principal	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000
Reservas de capital	167		167	
Reserva de reavaliação	392.929	423.165	392.929	423.165
Reservas de lucros	4.902.396	2.693.064	4.902.396	2.693.064
Ajuste de avaliação patrimonial	23.069	(698.304)	23.069	(698.304)
Lucros/Prejuízos Acumulados		(426.446)		(426.446)
T O T A L	858.475.356	703.252.292	858.325.336	703.207.597

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual				Consolidado			
	2013		2012 (Nota 3 (t))		2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	40.623.532	73.049.092	29.594.089	58.147.194	40.623.532	73.049.092	29.594.089	58.147.194
Operações de crédito (Nota 8 (e))	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	10.530.574	17.096.125	9.446.739	19.281.704	10.530.574	17.096.125	9.446.739	19.281.704
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))			16.805	26.327			16.805	26.327
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.587.139	6.486.070	2.663.965	5.686.297	3.587.139	6.486.070	2.663.965	5.686.297
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	183.872	361.532	140.838	193.532	183.872	361.532	140.838	193.532
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(30.631.892)	(53.870.322)	(20.917.256)	(41.291.333)	(30.615.808)	(53.844.463)	(20.909.559)	(41.262.113)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(20.366.512)	(34.887.435)	(13.611.659)	(26.991.511)	(20.350.428)	(34.861.576)	(13.603.962)	(26.962.291)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(263.267)	(448.753)			(263.267)	(448.753)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.991.640	19.178.770	8.676.833	16.855.861	10.007.724	19.204.629	8.684.530	16.885.081
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(7.924.263)	(14.000.579)	(7.052.239)	(12.552.490)	(7.924.208)	(14.009.607)	(7.042.108)	(12.560.143)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	7.035.824	13.610.414	6.238.985	12.008.016	7.035.824	13.610.414	6.238.985	12.008.016
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.484.296	2.741.518	1.192.350	2.272.587	1.484.296	2.741.518	1.192.350	2.272.587
Despesas de pessoal (Nota 24)	(8.412.679)	(15.926.629)	(7.300.019)	(13.518.015)	(8.413.549)	(15.928.394)	(7.301.103)	(13.519.853)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.109.768)	(9.624.458)	(4.592.214)	(8.569.418)	(5.110.073)	(9.626.397)	(4.594.547)	(8.575.612)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.281.968)	(2.409.999)	(992.759)	(2.004.511)	(1.285.560)	(2.413.643)	(997.913)	(2.010.047)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	207.315	360.793	44.067	197.042	166.786	309.699	942	139.088
Outras receitas operacionais (Nota 26)	4.908.744	10.225.081	4.033.444	7.455.962	4.954.095	10.274.495	4.095.275	7.519.838
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(6.756.027)	(12.977.299)	(5.676.093)	(10.394.153)	(6.756.027)	(12.977.299)	(5.676.097)	(10.394.160)
RESULTADO OPERACIONAL	2.067.377	5.178.191	1.624.594	4.303.371	2.083.516	5.195.022	1.642.422	4.324.938
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(4.951)	(19.650)	(18.139)	(110.286)	(4.951)	(19.650)	(18.139)	(110.286)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.062.426	5.158.541	1.606.455	4.193.085	2.078.565	5.175.372	1.624.283	4.214.652
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	2.203.339	2.628.137	1.963.046	2.396.523	2.187.200	2.611.306	1.945.218	2.374.956
Tributos correntes	44.452	(548.571)	84.184	(265.684)	28.309	(565.408)	66.341	(287.271)
Ativo fiscal diferido	2.267.631	3.508.063	1.800.015	2.856.363	2.267.635	3.508.069	1.800.030	2.856.382
Passivo fiscal diferido	(108.744)	(331.355)	78.847	(194.156)	(108.744)	(331.355)	78.847	(194.155)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(682.995)	(1.063.306)	(656.574)	(950.000)	(682.995)	(1.063.306)	(656.574)	(950.000)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802			464.595	1.366.024	2.713.757	(137.798)		19.561.380
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (t))							973.857		973.857
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Nota 3 (t))	15.154.802			464.595	1.366.024	2.713.757	836.059		20.535.237
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (t))							(1.558.074)		(584.217)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							23.711		23.711
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	6.900.000								6.900.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				25.162					25.162
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(24.129)	(24.129)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(66.592)				66.592	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE									
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES							(2.306.561)		(2.306.561)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (Nota 3 (t))								5.639.608	5.639.608
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					303.303			(303.303)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						521.104		(521.104)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						95.437		(95.437)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.106.451)	(1.106.451)
Dividendos propostos								(4.082.222)	(4.082.222)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (t))	22.054.802			423.165	1.669.327	1.023.737	(698.304)	(426.446)	24.046.281
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
MOVIMENTAÇÃO GANHOS E PERDAS ATUARIAIS CPC 33(R1) (Nota 3 (t))							584.217		584.217
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							137.156		137.156
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				8.383					8.383
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(27.217)	(27.217)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(38.619)				38.619	
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(1.234)	(1.234)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								6.723.372	6.723.372
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					336.169			(336.169)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						526.699		(526.699)	
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.346.464		(1.346.464)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.216.534)	(1.216.534)
Dividendos propostos								(2.881.228)	(2.881.228)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069		35.373.363

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Nota 3 (t))	15.154.802			458.274	1.508.341	2.951.113	(282.493)	1.607.909	21.397.946
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (t))							(584.217)		(584.217)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							168.406		168.406
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	6.900.000								6.900.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				19.605					19.605
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(19.317)	(19.317)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(54.714)				54.714	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE									
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES						(2.306.561)			(2.306.561)
AJUSTE DO 1º SEMESTRE (Nota 3(t))								(119.667)	(119.667)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (Nota 3 (t))								2.912.927	2.912.927
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					160.986			(160.986)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						283.748		(283.748)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						95.437		(95.437)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(554.385)	(554.385)
Dividendos propostos								(3.768.456)	(3.768.456)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (t))	22.054.802			423.165	1.669.327	1.023.737	(698.304)	(426.446)	24.046.281

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	22.054.803			413.750	1.826.357	1.236.581	(1.420.908)	1.501.970	25.612.552
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(427.680)	(427.680)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							1.443.977		1.443.977
DIVIDENDOS ANTECIPADOS 1º SEMESTRE								581.157	581.157
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				3.847					3.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(21.822)	(21.822)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(24.668)				24.668	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.582.770	3.582.770
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					179.139			(179.139)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						313.856		(313.856)	
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.346.464		(1.346.464)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(597.691)	(597.691)
Dividendos propostos								(2.803.913)	(2.803.913)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.803	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.901	23.069		35.373.363

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual				Consolidado			
	2013		2012 (Nota 3 (t))		2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	8.910.937	20.376.065	7.367.227	13.201.222	9.048.060	20.621.726	7.479.514	13.592.422
Lucro Líquido	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608
Ajustes ao Lucro Líquido:	5.328.167	13.652.693	4.454.300	7.561.614	5.465.290	13.898.354	4.566.587	7.952.814
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(74.661)	1.595.866	124.606	(1.235.173)	(74.661)	1.595.866	124.606	(1.235.173)
(Ganho)/Perda em Investimentos	(76.544)	53.011	(96.206)	(360.295)	20.053	247.583	(27.029)	(27.029)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(308.777)	(88.485)	(11.257)	(11.257)	(308.777)	(88.485)	(11.257)	(11.257)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(15)	(15)			(15)	(15)		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.869.006	9.190.635	4.044.925	7.679.921	4.869.006	9.190.635	4.044.925	7.679.921
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	533.428	885.420	296.188	593.285	533.428	885.420	296.188	593.285
Depreciações e Amortizações	597.504	1.169.280	534.509	954.439	597.505	1.169.281	534.509	954.439
Impostos Diferidos	(2.158.887)	(3.176.708)	(1.907.742)	(2.662.207)	(2.158.891)	(3.176.714)	(1.907.757)	(2.662.227)
Despesas com provisões para causas judiciais	686.059	1.058.865	36.512	390.024	686.059	1.058.865	36.512	390.024
Resultado de Participação em Coligadas	(207.315)	(360.793)	(44.067)	(197.042)	(166.786)	(309.699)	(942)	(139.088)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	1.468.369	3.325.617	1.476.832	2.409.919	1.468.369	3.325.617	1.476.832	2.409.919
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(29.262.466)	(51.722.980)	5.089.609	17.682.248	(29.313.022)	(51.845.317)	5.074.835	18.436.155
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.141.154	(3.650.196)	(1.859.350)	(1.957.887)	10.141.154	(3.650.196)	(1.859.350)	(1.957.887)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	388.878	(24.971.335)	(10.174.958)	(19.247.330)	388.878	(24.971.335)	(10.174.958)	(19.247.330)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(5.686.063)	(13.989.014)	(4.114.009)	(10.027.481)	(5.686.063)	(13.989.014)	(4.114.009)	(10.027.481)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(127.058)	(1.737.460)	(240.359)	(461.683)	(127.058)	(1.737.460)	(240.359)	(461.683)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	1.078.764	778.416	520.079	(422.637)	1.078.764	778.416	520.079	(422.637)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(65.428.129)	(137.013.594)	(58.036.436)	(107.854.566)	(65.428.129)	(137.013.594)	(58.036.436)	(107.854.566)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(8.203.886)	(9.417.930)	(9.642.509)	(9.804.752)	(8.288.181)	(9.434.940)	(9.725.269)	(9.823.606)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	6.308	(100.015)	66.308	32.004	6.308	(100.015)	66.308	32.004
(Redução) Aumento em Depósitos	17.866.761	41.275.092	34.308.969	59.933.121	17.855.053	40.989.788	34.313.878	59.950.928
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(19.747.073)	22.466.412	6.737.346	37.816.687	(19.745.807)	22.581.060	6.767.343	38.500.611
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	18.903.245	34.819.800	18.657.960	27.925.650	18.903.245	34.819.800	18.657.960	27.925.650
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	88.647	88.632	(21)	(288)	88.647	88.632	(21)	(288)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	20.704.235	37.773.372	19.738.381	32.160.414	20.704.235	37.773.372	19.738.381	32.160.414
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	894.676	2.603.326	9.368.313	10.192.482	938.857	2.668.655	9.401.393	10.263.512
Imposto de renda e contribuição social pagos	(142.925)	(648.486)	(240.105)	(601.486)	(142.925)	(648.486)	(240.105)	(601.486)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(20.351.529)	(31.346.915)	12.456.836	30.883.470	(20.264.962)	(31.223.591)	12.554.349	32.028.577
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	84.653	(234.286)	(3.452.723)	(4.049.808)	(1.914)	(357.610)	(3.550.076)	(4.215.147)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(6.311.731)	(454.228)	9.821.430	12.395.580	(6.311.731)	(454.228)	9.821.430	12.395.580
Juros sobre o capital próprio ou dividendos recebidos			296	296			296	296
Alienação de Imobilizado de Uso	13.742	86.228	161.008	164.245	13.742	86.228	161.008	164.245
Aquisição de Investimentos							(160)	(979.768)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(683.844)	(1.455.260)	(494.808)	(809.737)	(683.844)	(1.455.260)	(494.808)	(809.737)
Baixa de Intangível	14.946	14.946	90.700	139.808	14.946	14.946	90.700	139.808
Aquisição de Intangível	(504.102)	(997.409)	(372.671)	(656.570)	(504.102)	(997.409)	(372.671)	(656.570)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.386.336)	(3.040.009)	5.753.232	7.183.814	(7.472.903)	(3.163.333)	5.655.719	6.038.707
Captação/resgate de obrigações por dívidas subordinadas			3.000.000	3.000.000			3.000.000	3.000.000
Captação/resgate de instrumento híbrido de capital e dívida		8.000.000	13.000.000	13.000.000		8.000.000	13.000.000	13.000.000
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	(2.820.447)	(4.097.762)	(6.629.403)	(7.495.234)	(2.820.447)	(4.097.762)	(6.629.403)	(7.495.234)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.820.447)	3.902.238	6.370.597	8.504.766	(2.820.447)	3.902.238	6.370.597	8.504.766
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(30.558.312)	(30.484.686)	24.580.665	46.572.050	(30.558.312)	(30.484.686)	24.580.665	46.572.050
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do Período	79.271.388	79.197.762	54.617.097	32.625.712	79.271.388	79.197.762	54.617.097	32.625.712
Caixa e Equivalentes no fim do período	48.713.076	48.713.076	79.197.762	79.197.762	48.713.076	48.713.076	79.197.762	79.197.762
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(30.558.312)	(30.484.686)	24.580.665	46.572.050	(30.558.312)	(30.484.686)	24.580.665	46.572.050

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2013				2012				2013				2012			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	49.178.440		90.230.335		37.514.643		72.812.309		48.960.523		90.016.481		37.576.474		72.876.184	
Intermediação financeira	40.623.532		72.863.606		29.594.089		58.147.194		40.360.265		72.600.339		29.594.089		58.147.194	
Prestação de serviços com tarifas	8.520.121		16.351.933		7.431.335		14.280.603		8.520.121		16.351.933		7.431.335		14.280.602	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(4.869.006)		(9.190.635)		(4.044.925)		(7.679.921)		(4.869.006)		(9.190.635)		(4.044.925)		(7.679.921)	
Outras	4.903.793		10.205.431		4.534.144		8.064.433		4.949.143		10.254.844		4.595.975		8.128.309	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.762.886		44.494.201		16.856.510		33.591.098		25.483.535		44.205.075		16.848.813		33.561.879	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	10.671.241		20.281.464		9.252.132		17.085.274		10.671.545		20.283.402		9.254.468		17.091.471	
Materiais, energia e outros	1.055.016		2.047.939		1.173.760		2.136.458		1.055.113		2.048.664		1.173.975		2.136.889	
Processamento de dados e comunicações	875.135		1.711.781		812.803		1.605.022		875.135		1.711.781		812.803		1.605.023	
Propaganda, publicidade e promoções	503.697		794.000		327.185		590.133		503.697		794.000		327.185		590.133	
Serviços de terceiros e especializados	1.045.618		1.969.464		920.799		1.672.788		1.045.825		1.970.677		922.916		1.678.546	
Serviços de vigilância e segurança	435.747		780.980		341.492		686.719		435.747		780.980		341.492		686.720	
Outras	6.756.028		12.977.300		5.676.093		10.394.154		6.756.028		12.977.300		5.676.097		10.394.160	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	728.546		1.415.508		624.532		1.231.986		728.546		1.415.508		624.532		1.231.986	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.012.758		2.015.174		888.158		1.674.986		1.012.758		2.015.174		888.158		1.674.986	
- Descontos de operações de crédito	229.435		391.357		204.484		407.362		229.435		391.357		204.484		407.362	
- Despesas com cartão de crédito/débito	579.512		1.035.228		442.075		838.635		579.512		1.035.228		442.075		838.635	
- Benefício pós-emprego	533.428		885.420		296.188		593.285		533.428		885.420		296.188		593.285	
- Provisões operacionais diversas	2.790.767		5.566.720		2.134.973		3.945.458		2.790.767		5.566.720		2.134.975		3.945.460	
- Demais	881.582		1.667.893		1.085.683		1.702.442		881.582		1.667.893		1.085.685		1.702.446	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	12.744.313		25.454.670		11.406.001		22.135.937		12.805.443		25.528.004		11.473.193		22.222.834	
5. RETENÇÕES	597.504		1.169.280		534.509		954.439		597.504		1.169.280		534.509		954.439	
Depreciação, amortização e exaustão	597.504		1.169.280		534.509		954.439		597.504		1.169.280		534.509		954.439	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	12.146.809		24.285.390		10.871.492		21.181.498		12.207.939		24.358.724		10.938.684		21.268.395	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	207.315		360.793		44.067		197.042		166.786		309.699		942		139.089	
Resultado da equivalência patrimonial	207.315		360.793		44.067		197.042		166.786		309.699		942		139.089	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	12.354.124		24.646.183		10.915.559		21.378.540		12.374.725		24.668.423		10.939.626		21.407.484	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12.354.124	100,00	24.646.183	100,00	10.915.559	100,00	21.378.540	100,00	12.374.725	100,00	24.668.423	100,00	10.939.626	100,00	21.407.484	100,00
Pessoal	7.972.044	64,53	14.851.063	60,26	6.991.047	64,05	12.624.463	59,05	7.972.914	64,43	14.852.828	60,21	6.992.132	63,92	12.626.304	58,98
- Remuneração direta	6.023.495		11.150.744		5.289.780		9.612.681		6.024.325		11.152.423		5.290.825		9.614.451	
- Benefícios	1.588.307		3.011.696		1.387.318		2.411.037		1.588.307		3.011.696		1.387.318		2.411.037	
- FGTS	360.242		688.623		313.949		600.745		360.282		688.709		313.989		600.816	
Impostos, taxas e contribuições	202.259	1,64	1.920.735	7,79	223.140	2,04	1.764.165	8,25	221.990	1,79	1.941.209	7,87	246.122	2,25	1.791.268	8,37
- Federais	(53.215)		1.386.755		10.985		1.326.010		(33.484)		1.407.222		33.967		1.352.740	
- Estaduais	160		618		151		511		160		618		151		511	
- Municipais	255.314		533.362		212.004		437.644		255.314		533.369		212.004		438.017	
Remuneração de capitais de terceiros	597.051	4,83	1.151.014	4,67	481.666	4,41	923.858	4,32	597.051	4,82	1.151.014	4,67	481.666	4,40	923.858	4,32
- Aluguéis	597.051		1.151.014		481.666		923.858		597.051		1.151.014		481.666		923.858	
Remuneração de capitais próprios	3.401.604	27,53	4.097.762	16,63	2.714.932	24,87	5.188.673	24,27	3.401.604	27,49	4.097.763	16,61	2.714.932	24,82	5.188.673	24,24
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	3.401.604		4.097.762		2.714.932		5.188.673		3.401.604		4.097.763		2.714.932		5.188.673	
Lucros retidos	181.166	1,47	2.625.609	10,65	504.774	4,62	877.381	4,10	181.166	1,46	2.625.609	10,64	504.774	4,61	877.381	4,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	25
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	25
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	26
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	37
Nota 8 – Carteira de crédito	39
Nota 9 – Outros créditos.....	45
Nota 10 – Outros valores e bens	48
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	49
Nota 12 – Imobilizado de uso	50
Nota 13 – Intangível e diferido.....	51
Nota 14 – Depósitos	52
Nota 15 – Captações no mercado aberto	57
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	58
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	60
Nota 18 – Outras obrigações.....	61
Nota 19 – Patrimônio líquido	67
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)...	68
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	73
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	73
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	74
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	75
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	76
Nota 26 – Outras receitas operacionais	77
Nota 27 – Outras despesas operacionais	78
Nota 28 – Resultado não operacional	79
Nota 29 – Despesas tributárias	80
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	81
Nota 31 – Partes relacionadas	85
Nota 32 – Benefícios a empregados	87
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	100
Nota 34 – Outras informações.....	113

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal - Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, incluindo a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação, e sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis**(a) Contexto**

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 11 de março de 2014 e pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2014.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis no. 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no. 11.638/07 e no. 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação não controladora. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 5.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria devem ser acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6.

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

A composição das despesas antecipadas é apresentada na Nota 10.

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual. O valor depreciável do ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelece a Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de *software* e de aquisição de folhas de pagamento, que se referem a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso e intangíveis.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*.

A composição dos depósitos e das captações no mercado aberto, seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, bem como dos recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses são apresentados na Nota 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Nas operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, e são detalhadas na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência média são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão e são compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data das demonstrações contábeis;
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos

Mudança de prática contábil – Benefícios a Empregados

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2011 e 31/12/2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor”. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33, onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Os reconhecimentos em resultado provenientes da aplicação do CPC 33 (R1) são imateriais, desta forma, os componentes da Demonstração do Resultado não estão sendo reapresentados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mudança de prática contábil – Contas Encerradas por Inconformidades Cadastrais

Em novembro de 2013, a CAIXA recebeu ofício, emitido pelo Banco Central do Brasil, contendo orientação específica para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais.

O atendimento ao estipulado implicou na ocorrência de mudança da política contábil adotada pela CAIXA referente ao tratamento conferido ao saldo dessas contas.

Anteriormente ao recebimento do ofício, a CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis.

Os efeitos nas contas patrimoniais da aplicação do CPC 33 (R1) e da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos dos ajustes do CPC 33 (R1) na base de créditos tributários são imateriais, considerando a realização em 10 anos.

Descrição	31/12/2011					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	232.502.431	232.959.878	-	-	232.502.431	232.959.878
Não Circulante	278.528.617	277.253.715	-	-	278.528.617	277.253.715
Total do Ativo	511.031.048	510.213.593			511.031.048	510.213.593
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	355.877.180	355.059.725	(973.857)	(973.857)	354.903.323	354.085.868
Outras Obrigações	38.585.257	38.669.072	(973.857)	(973.857)	37.611.400	37.695.215
Diversas (1)	27.560.003	27.560.027	(973.857)	(973.857)	26.586.146	26.586.170
Não Circulante	135.592.488	135.592.488	-	-	135.592.488	135.592.488
Patrimônio Líquido	19.561.380	19.561.380	973.857	973.857	20.535.237	20.535.237
Ajuste de Avaliação Patrimonial (1)	(137.798)	(137.798)	973.857	973.857	836.059	836.059
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	511.031.048	510.213.593			511.031.048	510.213.593

(1) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	350.905.556	351.547.176	312.626	312.626	351.218.182	351.859.802
Outros créditos	29.091.187	29.234.363	312.626	312.626	29.403.813	29.546.989
Diversos (1)	26.779.048	26.781.887	312.626	312.626	27.091.674	27.094.513
Não circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	442.342.112	442.297.417	1.323.289	1.323.289	443.665.401	443.620.706
Depósitos	279.990.109	279.989.979	739.072	739.072	280.729.181	280.729.051
Depósitos à vista (2)	27.381.103	27.381.099	4.468	4.468	27.385.571	27.385.567
Depósitos de poupança (2)	175.566.036	175.566.036	732.586	732.586	176.298.622	176.298.622
Depósitos especiais e de fundos e programas (2)	9.265.546	9.265.546	2.018	2.018	9.267.564	9.267.564
Outras obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas (3)	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio líquido	25.056.944	25.056.944	(1.010.663)	(1.010.663)	24.046.281	24.046.281
Ajuste de avaliação patrimonial (3)	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Lucros acumulados (4)	-	-	(426.446)	(426.446)	(426.446)	(426.446)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597

(1) Impostos a compensar relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(3) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

(4) Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos no resultado do 2º semestre de 2012 relativos à mudança de prática envolvendo o tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir:

Descrição	2º Semestre de 2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	29.594.089	29.594.089	-	-	29.594.089	29.594.089
Despesas da intermediação financeira	(20.901.435)	(20.893.738)	(15.821)	(15.821)	(20.917.256)	(20.909.559)
Operações de captação no mercado	(13.595.838)	(13.588.141)	(15.821)	(15.821)	(13.611.659)	(13.603.962)
Resultado bruto da intermediação financeira	8.692.654	8.700.351	(15.821)	(15.821)	8.676.833	8.684.530
Outras receitas/despesas operacionais	(6.558.471)	(6.548.340)	(493.768)	(493.768)	(7.052.239)	(7.042.108)
Despesas tributárias	(1.017.830)	(1.022.984)	25.071	25.071	(992.759)	(997.913)
Outras receitas operacionais	4.552.283	4.614.114	(518.839)	(518.839)	4.033.444	4.095.275
Resultado operacional	2.134.183	2.152.011	(509.589)	(509.589)	1.624.594	1.642.422
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.116.044	2.133.872	(509.589)	(509.589)	1.606.455	1.624.283
Imposto de renda e contribuição social	1.760.236	1.742.408	202.810	202.810	1.963.046	1.945.218
Tributos correntes	(40.743)	(58.586)	124.927	124.927	84.184	66.341
Ativo fiscal diferido	1.722.132	1.722.147	77.883	77.883	1.800.015	1.800.030
Passivo fiscal diferido	78.847	78.847	-	-	78.847	78.847
Participações dos empregados no lucro	(656.574)	(656.574)	-	-	(656.574)	(656.574)
Lucro líquido do período	3.219.706	3.219.706			2.912.927	2.912.927

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos no resultado do exercício de 2012 relativos à mudança de prática envolvendo o tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir:

Descrição	Exercício 2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação Financeira	58.147.194	58.147.194	-	-	58.147.194	58.147.194
Despesas da intermediação financeira	(41.271.019)	(41.241.799)	(20.314)	(20.314)	(41.291.333)	(41.262.113)
Operações de captação no mercado	(26.971.197)	(26.941.977)	(20.314)	(20.314)	(26.991.511)	(26.962.291)
Resultado bruto da intermediação financeira	16.876.175	16.905.395	(20.314)	(20.314)	16.855.861	16.885.081
Outras receitas/despesas operacionais	(11.868.099)	(11.875.752)	(684.391)	(684.391)	(12.552.490)	(12.560.143)
Despesas tributárias	(2.038.878)	(2.044.414)	34.367	34.367	(2.004.511)	(2.010.047)
Outras receitas operacionais	8.174.720	8.238.596	(718.758)	(718.758)	7.455.962	7.519.838
Resultado operacional	5.008.076	5.029.643	(704.705)	(704.705)	4.303.371	4.324.938
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.897.790	4.919.357	(704.705)	(704.705)	4.193.085	4.214.652
Imposto de renda e contribuição social	2.118.264	2.096.697	278.259	278.259	2.396.523	2.374.956
Tributos correntes	(437.180)	(458.767)	171.496	171.496	(265.684)	(287.271)
Ativo fiscal diferido	2.749.600	2.749.619	106.763	106.763	2.856.363	2.856.382
Passivo fiscal diferido	(194.156)	(194.155)	-	-	(194.156)	(194.155)
Participações dos empregados no lucro	(950.000)	(950.000)	-	-	(950.000)	(950.000)
Lucro líquido do período	6.066.054	6.066.054			5.639.608	5.639.608

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Total de disponibilidades (caixa)	11.480.407	8.035.967
Disponibilidade em moeda nacional	8.208.226	6.534.096
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.272.181	1.501.871
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	37.232.669	71.161.795
Total	48.713.076	79.197.762

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	4.473.645	-	4.473.645	25.612.121
Letras Financeiras do Tesouro	100.997	-	100.997	5.448.911
Letras do Tesouro Nacional	2.637.397	-	2.637.397	18.993.220
Notas do Tesouro Nacional	1.735.251	-	1.735.251	1.169.990
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	32.759.024	-	32.759.024	46.492.475
Letras Financeiras do Tesouro	11.103.849	-	11.103.849	14.485.765
Letras do Tesouro Nacional	10.315.230	-	10.315.230	11.295.496
Notas do Tesouro Nacional	11.339.945	-	11.339.945	20.711.214
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.766.652	2.905.021	7.671.673	3.078.676
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.767.169	2.905.191	7.672.360	3.078.757
Provisão para perdas em aplicação em DI	(517)	(170)	(687)	(81)
Total - ativo circulante	41.999.321	2.905.021	44.904.342	75.183.272

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	3.975.378	6.918.465	3.242.610	6.107.695
Posição bancada	483.757	1.476.740	1.226.271	1.845.291
Posição financiada	3.491.621	5.441.725	2.016.339	4.262.404
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	189.592	296.056	85.035	174.339
Total	4.164.970	7.214.521	3.327.645	6.282.034

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL					Total
	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos	59.014.483	81.741.613	4.287.812	944	-	145.044.852
Letras Financeiras do Tesouro	534.885	4.631.344	5.039	-	-	5.171.268
Letras do Tesouro Nacional	49.175.166	49.964.875	4.280.627	944	-	103.421.612
Notas do Tesouro Nacional	9.294.111	27.145.394	2.146	-	-	36.441.651
Tesouro Nacional/ Securitizados	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	13.911.126	3.450.161	-	-	-	17.361.287
Debêntures	3.505.650	3.450.161	-	-	-	6.955.811
Letras de Crédito Imobiliário	581.930	-	-	-	-	581.930
Letras Financeiras	211.703	-	-	-	-	211.703
Cotas de Fundos	58.529	-	-	-	-	58.529
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	8.504.374	-	-	-	-	8.504.374
Outros	-	-	-	-	260.317	260.317
Total em 31/12/2013	72.925.609	85.191.774	4.287.812	944	260.317	162.666.456
Total em 31/12/2012	89.732.271	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.465.317

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos	59.014.483	81.741.613	4.287.812	944	-	145.044.852
Letras Financeiras do Tesouro	534.885	4.631.344	5.039	-	-	5.171.268
Letras do Tesouro Nacional	49.175.166	49.964.875	4.280.627	944	-	103.421.612
Notas do Tesouro Nacional	9.294.111	27.145.394	2.146	-	-	36.441.651
Tesouro Nacional/ Securitizados	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	14.532.894	3.450.161	-	-	-	17.983.055
Debêntures	3.505.650	3.450.161	-	-	-	6.955.811
Letras de Crédito Imobiliário	581.930	-	-	-	-	581.930
Letras Financeiras	211.703	-	-	-	-	211.703
Cotas de Fundos	58.529	-	-	-	-	58.529
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	9.126.142	-	-	-	-	9.126.142
Outros	-	-	-	-	260.317	260.317
Total em 31/12/2013	73.547.377	85.191.774	4.287.812	944	260.317	163.288.224
Total em 31/12/2012	90.230.715	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.963.761

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 31/12/2013	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	146.820.986	(1.774.312)	(1.822)	145.044.852	144.456.491	-	25.843.557	10.147.154	20.783.571	88.270.570
Letras Financeiras do Tesouro	5.171.277	(9)	-	5.171.268	5.171.421	-	4.660.156	-	500.233	10.879
Letras do Tesouro Nacional	105.194.125	(1.772.513)	-	103.421.612	103.386.118	-	17.490.202	10.147.154	19.708.560	56.075.696
Notas do Tesouro Nacional	36.441.248	(1.790)	2.193	36.441.651	35.888.631	-	3.693.199	-	574.778	32.173.674
Tesouro Nacional/Securitizados	14.336	-	(4.015)	10.321	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	18.181.963	257	(820.933)	17.361.287	17.361.287	8.562.903	58.959	34.055	286.858	8.418.512
Debêntures	7.024.008	217	(68.414)	6.955.811	6.955.811	-	58.959	34.055	-	6.862.797
Letras de Crédito Imobiliário	582.007	-	(77)	581.930	581.930	-	-	-	197.384	384.546
Letras Financeiras	211.709	-	(6)	211.703	211.703	-	-	-	89.474	122.229
Cotas de Fundos	58.529	-	-	58.529	58.529	58.529	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.017.355	40	31.545	1.048.940	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	9.288.355	-	(783.981)	8.504.374	8.504.374	8.504.374	-	-	-	-
Total – TVM	165.002.949	(1.774.055)	(822.755)	162.406.139	161.817.778	8.562.903	25.902.516	10.181.209	21.070.429	96.689.082
Para negociação	100.515.845	(1.774.055)	-	98.741.790	98.741.795	25.569	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.662.099
Disponíveis para venda	17.762.257	-	(822.755)	16.939.502	16.939.502	8.537.334	58.959	34.055	286.858	8.022.296
Mantidos até o vencimento	46.724.847	-	-	46.724.847	46.136.481	-	3.655.466	-	1.064.694	42.004.687
Instrumentos financeiros derivativos	260.317	-	-	260.317	260.317	-	249	6.182	6.513	247.373
Total – TVM e Derivativos	165.263.266	(1.774.055)	(822.755)	162.666.456	162.078.095	8.562.903	25.902.765	10.187.391	21.076.942	96.936.455

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (470.697); 31/12/2012 – (410.774), líquido dos efeitos tributários.

Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO										
Posição em 31/12/2013	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	146.820.986	(1.774.312)	(1.822)	145.044.852	144.456.491	-	25.843.557	10.147.154	20.783.571	88.270.570
Letras Financeiras do Tesouro	5.171.277	(9)	-	5.171.268	5.171.421	-	4.660.156	-	500.233	10.879
Letras do Tesouro Nacional	105.194.125	(1.772.513)	-	103.421.612	103.386.118	-	17.490.202	10.147.154	19.708.560	56.075.696
Notas do Tesouro Nacional	36.441.248	(1.790)	2.193	36.441.651	35.888.631	-	3.693.199	-	574.778	32.173.674
Tesouro Nacional/Securitizedos	14.336	-	(4.015)	10.321	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	18.279.603	257	(296.805)	17.983.055	17.983.055	9.184.671	58.959	34.055	286.858	8.418.512
Debêntures	7.024.008	217	(68.414)	6.955.811	6.955.811	-	58.959	34.055	-	6.862.797
Letras de Crédito Imobiliário	582.007	-	(77)	581.930	581.930	-	-	-	197.384	384.546
Letras Financeiras	211.709	-	(6)	211.703	211.703	-	-	-	89.474	122.229
Cotas de Fundos	58.529	-	-	58.529	58.529	58.529	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.017.355	40	31.545	1.048.940	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	9.385.995	-	(259.853)	9.126.142	9.126.142	9.126.142	-	-	-	-
Total – TVM	165.100.589	(1.774.055)	(298.627)	163.027.907	162.439.546	9.184.671	25.902.516	10.181.209	21.070.429	96.689.082
Para negociação	100.515.845	(1.774.055)	-	98.741.790	98.741.795	25.569	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.662.099
Disponíveis para venda	17.859.897	-	(298.627)	17.561.270	17.561.270	9.159.102	58.959	34.055	286.858	8.022.296
Mantidos até o vencimento	46.724.847	-	-	46.724.847	46.136.481	-	3.655.466	-	1.064.694	42.004.687
Instrumentos financeiros derivativos	260.317	-	-	260.317	260.317	-	249	6.182	6.513	247.373
Total – TVM e Derivativos	165.360.906	(1.774.055)	(298.627)	163.288.224	162.699.863	9.184.671	25.902.765	10.187.391	21.076.942	96.936.455

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (179.176), 31/12/2012 – (49.544), líquido dos efeitos tributários;

Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido;

Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2013							31/12/2012			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.644.820	100.473.254	(1.774.312)	98.698.942	74.312.660	1.152.089	75.464.749
LFT	-	1.604.504	-	10.317	10.879	1.625.709	(9)	1.625.700	2.973.233	(258)	2.972.975
LTN	-	16.890.388	10.147.154	19.708.560	46.624.415	95.143.030	(1.772.513)	93.370.517	63.455.737	1.136.276	64.592.013
NTN	-	3.693.199	-	-	9.526	3.704.515	(1.790)	3.702.725	7.883.690	16.071	7.899.761
Títulos – Empresas	25.569	-	-	-	17.279	42.591	257	42.848	78.805	956	79.761
Debêntures	-	-	-	-	14.578	14.361	217	14.578	40.408	767	41.175
Cotas de Fundos	25.569	-	-	-	-	25.569	-	25.569	34.466	-	34.466
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.701	2.661	40	2.701	3.931	189	4.120
Total	25.569	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.662.099	100.515.845	(1.774.055)	98.741.790	74.391.465	1.153.045	75.544.510

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	INDIVIDUAL										
	31/12/2013						31/12/2012				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	17.242	19.064	(1.822)	17.242	95.327	397	95.724
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	75.517	(30)	75.487
NTN	-	-	-	-	6.921	4.728	2.193	6.921	4.496	3.897	8.393
Tesouro Nacional/Securitizados	-	-	-	-	10.321	14.336	(4.015)	10.321	15.314	(3.470)	11.844
Títulos – Empresas	8.537.334	58.959	34.055	286.858	8.005.054	17.743.193	(820.933)	16.922.260	17.190.744	(718.408)	16.472.336
Debêntures	-	58.959	34.055	-	6.848.219	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.569.932	(15.666)	6.554.266
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	197.384	384.546	582.007	(77)	581.930	324.929	(98)	324.831
Letras Financeiras	-	-	-	89.474	122.229	211.709	(6)	211.703	82.361	42	82.403
Cotas de Fundos	32.960	-	-	-	-	32.960	-	32.960	12.780	-	12.780
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	650.060	618.515	31.545	650.060	682.819	96.210	779.029
Ações	8.504.374	-	-	-	-	9.288.355	(783.981)	8.504.374	9.517.923	(798.896)	8.719.027
Total	8.537.334	58.959	34.055	286.858	8.022.296	17.762.257	(822.755)	16.939.502	17.286.071	(718.011)	16.568.060

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (470.697); 31/12/2012 – (410.774), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2013						31/12/2012				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	17.242	19.064	(1.822)	17.242	95.327	397	95.724
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	75.517	(30)	75.487
NTN	-	-	-	-	6.921	4.728	2.193	6.921	4.496	3.897	8.393
Tesouro Nacional/Securitizados	-	-	-	-	10.321	14.336	(4.015)	10.321	15.314	(3.470)	11.844
Títulos – Empresas	9.159.102	58.959	34.055	286.858	8.005.054	17.840.833	(296.805)	17.544.028	17.327.958	(357.178)	16.970.780
Debêntures	-	58.959	34.055	-	6.848.219	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.569.932	(15.666)	6.554.266
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	197.384	384.546	582.007	(77)	581.930	324.929	(98)	324.831
Letras Financeiras	-	-	-	89.474	122.229	211.709	(6)	211.703	82.361	42	82.403
Cotas de Fundos	32.960	-	-	-	-	32.960	-	32.960	52.351	-	52.351
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	650.060	618.515	31.545	650.060	682.819	96.210	779.029
Ações	9.126.142	-	-	-	-	9.385.995	(259.853)	9.126.142	9.615.566	(437.666)	9.177.900
Total	9.159.102	58.959	34.055	286.858	8.022.296	17.859.897	(298.627)	17.561.270	17.423.285	(356.781)	17.066.504

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido), inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (179.176); 31/12/2012 – (49.544), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2013					31/12/2012		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	3.655.466	-	1.064.694	41.608.508	46.328.668	45.740.302	46.058.085	54.225.211
LFT	3.055.652	-	489.916	-	3.545.568	3.545.716	3.305.191	3.305.164
LTN	599.814	-	-	9.451.281	10.051.095	10.015.601	9.037.896	9.660.211
NTN	-	-	574.778	32.157.227	32.732.005	32.178.985	33.714.998	41.259.836
Títulos – Empresas	-	-	-	396.179	396.179	396.179	212.534	260.737
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	396.179	396.179	396.179	212.534	260.737
Total	3.655.466	-	1.064.694	42.004.687	46.724.847	46.136.481	46.270.619	54.485.948

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.589.485	4.099.362	2.993.551	6.563.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	561.897	872.543	301.780	527.669
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.216.061	4.914.656	2.822.805	5.906.248
Outros	(1.839)	(4.957)	958	1.780
Total	6.365.604	9.881.604	6.119.094	12.999.670

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito da contraparte.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos. Esses valores são calculados entre as partes. Neste tipo de registro, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito da contraparte, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil**(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª e 2ª séries**

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US\$ 500.000.000), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar. No entanto, à internalização dos recursos captados adiciona-se o risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos, formalizado como hedge de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

- variação cambial do cupom:
 - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;
 - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- variação cambial do principal:
 - 1ª série, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
 - 2ª série, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2022.
- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
 - 1ª série, US\$ 2,1 milhões semestrais;
 - 2ª série, US\$ 1,5 milhões semestrais.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Notas Sêniores	31/12/2013	31/12/2012
1ª Série	2.357.153	2.048.222
2ª Série	1.153.619	1.057.725
Total	3.510.772	3.105.947

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002 para a efetividade do hedge.

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Nos meses de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2013 a CAIXA realizou a captação de recursos por meio da emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo, e tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Letra Financeira	31/12/2013	Valor na data de emissão
15/08/2023	195.550	200.000
18/09/2023	29.789	30.000
13/11/2023	345.899	332.000
23/12/2020	10.316	10.000
Total	581.554	572.000

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade média das operações está em 94,08%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002 para a efetividade do hedge.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2013				31/12/2012	
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial						
Contratos Futuros	20.813.123	9.949.570	16.748.077	46.475.278	93.986.048	67.244.406
Contratos de Swaps	4.750	61.954	65.737	5.604.791	5.737.232	225

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2013				31/12/2012	
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas patrimoniais						
Swap posição comprada – a receber	249	6.182	6.513	247.373	260.317	82.128
Swap posição vendida – a pagar	185	15	224	88.747	89.171	539

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	143.000	175.396	(67)	(107)
Futuro	510.503	2.436.291	(527.162)	(1.431.143)
Total realizado	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)
Swap - não realizado	-	-	5.163	5.163

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Títulos públicos	4.288.756	1.684.392
Letras Financeiras do Tesouro	5.039	4.656
Letras do Tesouro Nacional	4.280.627	1.676.135
Notas do Tesouro Nacional	3.090	3.601

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2013	31/12/2012
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.248.104	6.564.440
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	41.509.247	34.991.876
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	10.127.075	6.900.303
Recursos do crédito rural	Não remunerado	1.021.462	-
Compulsório adicional	Taxa SELIC	28.282.632	23.742.887
Total		86.188.520	72.199.506

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "Créditos vinculados - SFH" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	81.879	64.996
FCVS a receber	23.903.656	21.727.118
Não habilitados (1)	1.359.783	1.702.295
Habilitados e não homologados (2)	7.139.629	6.534.937
Habilitados e homologados (3)	15.404.244	13.489.886
Provisão FCVS a receber	(3.187.964)	(3.015.221)
Total (líquido de provisão)	20.797.571	18.776.893

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA possui um estoque de 6.658 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS já novados, que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 986.531. Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90. Até dezembro de 2012, este montante estava registrado em subconta redutora do ativo FCVS a Receber. Em 2013 este valor foi reclassificado para o passivo em subconta de Outras Obrigações.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	2.952.769	5.052.264	2.072.862	4.389.516
Créditos vinculados ao SFH	634.370	1.433.806	591.103	1.296.781
Total	3.587.139	6.486.070	2.663.965	5.686.297

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e títulos descontados	22.822.181	65.858.129	19.890.769	18.273.070	5.337.609	2.765.182	947.882	831.985	4.313.112	141.039.919	102.241.779
Financiamentos	9.494.740	11.725.435	2.285.523	2.249.035	2.133.694	360.116	257.954	233.370	2.265.598	31.005.465	19.589.276
Financiamentos rurais e agroindustriais	235.868	670.679	451.786	563.426	74.593	224	-	52	771	1.997.399	157.520
Financiamentos imobiliários	4.037.249	175.192.615	31.225.619	45.866.208	3.420.983	1.216.190	859.916	548.814	8.024.708	270.392.302	205.788.891
Financiamentos de infraestrutura	17.903.093	8.801.051	4.205.440	4.507.949	494.874	744.685	-	137.900	42.636	36.837.628	23.536.770
Cessão de créditos	-	4.136.333	32.324	25.018	10.565	4.465	2.657	1.897	1.814	4.215.073	2.425.267
Outros créditos (Nota 9 (d))	181.918	4.939.719	2.281.324	809.165	146.750	201.092	17.204	12.502	159.620	8.749.294	7.499.866
Total	54.675.049	271.323.961	60.372.785	72.293.871	11.619.068	5.291.954	2.085.613	1.766.520	14.808.259	494.237.080	361.239.369
Prov. p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(1.356.620)	(603.727)	(2.168.816)	(1.161.906)	(1.587.597)	(1.042.807)	(1.236.564)	(14.808.259)	(23.966.296)	(19.921.098)
Total líq. de provisões em 31/12/2013	54.675.049	269.967.341	59.769.058	70.125.055	10.457.162	3.704.357	1.042.806	529.956	-	470.270.784	-
Total líq. de provisões em 31/12/2012	33.181.473	178.822.947	55.777.329	60.943.213	9.692.937	1.770.031	846.915	283.426	-	-	341.318.271

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e títulos descontados	(329.291)	(198.908)	(548.192)	(533.761)	(829.555)	(473.941)	(582.390)	(4.313.112)	(7.809.150)	(6.362.200)
Financiamentos	(58.627)	(22.855)	(67.471)	(213.369)	(108.035)	(128.977)	(163.359)	(2.265.598)	(3.028.291)	(1.738.562)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(3.353)	(4.518)	(16.903)	(7.459)	(67)	-	(36)	(771)	(33.107)	(2.651)
Financiamentos imobiliários	(875.963)	(312.256)	(1.375.986)	(342.098)	(364.857)	(429.958)	(384.170)	(8.024.708)	(12.109.996)	(11.302.523)
Financiamentos de infraestrutura	(44.005)	(42.054)	(135.238)	(49.487)	(223.406)	-	(96.530)	(42.636)	(633.356)	(246.826)
Cessão de créditos	(20.682)	(323)	(751)	(1.057)	(1.340)	(1.329)	(1.328)	(1.817)	(28.627)	(64.441)
Outros créditos (Nota 9 (d))	(24.699)	(22.813)	(24.275)	(14.675)	(60.337)	(8.602)	(8.751)	(159.617)	(323.769)	(203.895)
Total	(1.356.620)	(603.727)	(2.168.816)	(1.161.906)	(1.587.597)	(1.042.807)	(1.236.564)	(14.808.259)	(23.966.296)	(19.921.098)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito em Curso Anormal (Nota 8 (c2)), destaca-se a alteração no critério de classificação do Crédito Imobiliário. Até 31/12/2012, a CAIXA considerou como em situação anormal qualquer contrato de crédito habitacional em dia, mas com resíduos a liquidar de prestações pagas. A partir do exercício de 2013 estes contratos estão classificados como em curso normal refletindo a atual situação das operações. Os valores de 31/12/2012 e de 30/06/2012 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2013	31/12/2012
01 a 30 dias	1.938.043	9.115.128	2.149.214	2.099.854	659.315	178.150	51.040	38.143	367.977	16.596.864	12.366.352
31 a 60 dias	1.016.301	6.192.173	1.318.383	1.429.614	339.403	116.045	22.553	18.501	209.593	10.662.566	7.277.410
61 a 90 dias	845.765	5.698.527	1.245.192	1.333.390	300.883	99.640	20.664	16.688	187.509	9.748.258	6.646.099
91 a 180 dias	2.301.924	15.386.039	3.540.274	3.688.700	813.220	274.120	56.337	44.386	502.940	26.607.940	18.354.537
181 a 360 dias	4.001.470	24.988.463	5.756.857	5.826.293	1.247.525	445.920	64.407	49.654	608.893	42.989.482	30.563.924
Acima de 360 dias	43.448.823	203.227.568	36.848.693	48.115.707	4.721.901	2.099.088	359.321	157.361	4.351.963	343.330.425	252.660.073
Total	53.552.326	264.607.898	50.858.613	62.493.558	8.082.247	3.212.963	574.322	324.733	6.228.875	449.935.535	327.868.395

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2013	31/12/2012
Parcelas vencidas	5.960	83.403	477.404	745.768	867.113	551.289	510.888	496.343	2.987.698	6.725.866	4.839.051
01 a 30 dias	5.960	83.403	399.168	290.393	355.755	67.790	43.048	38.037	245.452	1.529.006	1.284.166
31 a 60 dias	-	-	77.044	395.819	103.881	55.920	37.187	31.847	188.192	889.890	486.903
61 a 90 dias	-	-	1.192	44.170	374.227	104.350	51.986	39.946	212.905	828.776	581.120
91 a 180 dias	-	-	-	15.386	32.796	309.471	360.981	332.910	674.804	1.726.348	1.182.001
181 a 360 dias	-	-	-	-	454	13.758	17.686	53.143	1.630.032	1.715.073	1.289.982
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	460	36.313	36.773	14.879
Parcelas vincendas	1.116.763	6.632.660	9.036.768	9.054.545	2.669.708	1.527.702	1.000.403	945.444	5.591.686	37.575.679	28.531.923
01 a 30 dias	6.948	84.382	147.149	176.504	71.850	46.724	30.832	28.969	159.149	752.507	716.450
31 a 60 dias	6.226	80.695	142.480	142.529	68.327	44.260	29.164	27.964	149.464	691.109	581.488
61 a 90 dias	6.162	80.385	140.187	139.682	66.485	43.021	28.481	26.341	145.019	675.763	570.866
91 a 180 dias	18.442	236.690	404.172	401.373	190.731	123.405	77.740	74.993	408.682	1.936.228	1.656.441
181 a 360 dias	36.776	461.772	749.129	742.696	341.696	210.440	136.054	133.794	715.152	3.527.509	3.009.399
Acima de 360 dias	1.042.209	5.688.736	7.453.651	7.451.761	1.930.619	1.059.852	698.132	653.383	4.014.220	29.992.563	21.997.279
Total	1.122.723	6.716.063	9.514.172	9.800.313	3.536.821	2.078.991	1.511.291	1.441.787	8.579.384	44.301.545	33.370.974

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
SETOR PÚBLICO	37.076.753	27.904.029
Administração direta	20.202.347	15.529.379
Administração indireta – Petroquímico	11.241.113	8.152.428
Administração indireta – Saneamento e infraestrutura	3.643.837	3.128.485
Administração indireta – Outros	1.989.456	1.093.737
SETOR PRIVADO	457.160.327	333.335.340
PESSOA JURÍDICA	104.196.494	73.585.184
Comércio varejista	23.923.477	14.969.525
Construção civil	11.450.176	9.120.387
Siderurgia e metalurgia	9.520.536	8.758.384
Energia elétrica	7.845.936	4.486.336
Serviços financeiros	5.081.949	5.040.876
Outras indústrias	6.800.733	4.512.659
Transporte	6.729.159	2.888.413
Agronegócio e extrativismo	4.156.287	4.518.545
Comércio atacadista	4.989.191	2.820.862
Saúde	3.393.988	2.505.327
Saneamento e infraestrutura	2.713.321	1.957.710
Petroquímico	2.190.992	1.832.630
Têxtil	1.979.412	1.403.222
Comunicação	1.672.045	1.398.838
Alimentação	1.808.854	1.234.634
Serviços pessoais	344.604	193.357
Outros serviços	9.595.834	5.943.479
PESSOA FÍSICA	352.963.833	259.750.156
Total	494.237.080	361.239.369

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	13.847.803	24.971.831	9.422.097	18.098.569
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.325	30.929	434	434
Financiamentos imobiliários	10.540.603	19.280.128	7.752.941	14.852.661
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.249.843	2.201.374	672.331	1.428.464
Outros créditos	3.870	9.416	5.168	10.456
Total	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584

(f) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Principal devedor	11.241.112	2,27	8.152.429	2,26
10 maiores devedores	37.348.218	7,56	34.069.804	8,46
20 maiores devedores	48.329.868	9,78	42.701.135	10,78
50 maiores devedores	62.507.566	12,65	54.452.947	13,81
100 maiores devedores	71.162.847	14,40	61.171.521	15,67

(g) Composição da carteira de renegociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações renegociadas	3.324.989	6.021.599	2.095.497	3.796.415
Operações comerciais	3.210.449	5.629.490	1.584.785	2.850.959
Operações habitacionais	114.540	392.109	510.712	945.456
Operações recuperadas	571.360	929.284	510.110	951.941
Operações comerciais	543.468	843.836	152.976	300.594
Operações habitacionais	27.892	85.448	357.134	651.347

(h) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(21.638.011)	(19.921.098)	(17.706.331)	(15.837.093)
Constituição de provisão no período	(7.289.730)	(13.256.408)	(5.551.791)	(11.063.211)
Reversão de provisão no período	2.420.724	4.065.773	1.506.866	3.383.290
Transferência para prejuízo	2.165.468	4.770.165	1.830.158	3.595.916
Reversão de prejuízo (1)	375.253	375.272	-	-
Saldo final	(23.966.296)	(23.966.296)	(19.921.098)	(19.921.098)

(1) Recebimento de créditos com garantia do FGO.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos
(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799
Carteira de câmbio – (Nota 9 (c))	686.732	114.195
Rendas a receber	2.019.622	1.623.801
Convênios setor privado	121.777	96.011
Convênios setor público	462.927	347.920
Administração de fundos de investimento	107.829	75.480
Administração de fundos e programas sociais	1.098.764	978.156
Repasses OGU	178.788	126.234
Outras rendas a receber	49.537	-
Negociação e intermediação de valores	864	4.714
Créditos específicos	716.094	692.906
Diversos – nota 9 (b)	55.433.625	43.701.052
Provisão para outros créditos – (Nota 9 (d))	(323.769)	(203.895)
Total	58.559.210	45.964.572
Ativo circulante	38.317.229	29.403.813
Ativo não circulante	20.241.981	16.560.759

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799
Carteira de câmbio – (Nota 9 (c))	686.732	114.195
Rendas a receber	2.180.487	1.764.138
Dividendos e JCP a receber	160.865	140.337
Convênios setor privado	121.777	96.011
Convênios setor público	462.927	347.920
Administração de fundos de investimento	107.829	75.480
Administração de fundos e programas sociais	1.098.764	978.156
Repasses OGU	178.788	126.234
Outras rendas a receber	49.537	-
Negociação e intermediação de valores	864	4.714
Créditos específicos	716.094	692.906
Diversos – (Nota 9 (b))	55.432.952	43.703.891
Provisão para outros créditos – (Nota 9 (d))	(323.769)	(203.895)
Total	58.719.402	46.107.748
Ativo circulante	38.477.421	29.546.989
Ativo não circulante	20.241.981	16.560.759

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Créditos tributários – (Nota 20)	20.165.547	16.751.431	20.165.575	16.751.453
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	11.290.593	10.342.797	11.290.593	10.342.797
Adiantamentos e antecipações salariais	172.667	142.038	172.667	142.038
Participações pagas antecipadamente (1)	4.097.762	5.188.673	4.097.762	5.188.673
Impostos e contribuições a compensar	488.536	146.398	489.991	150.437
Cartão de crédito (2)	6.353.846	4.666.011	6.353.846	4.666.011
Prêmio em aquisição de carteiras	1.117.851	618.295	1.117.851	618.295
Seguros a receber	102.601	65.924	102.601	65.924
Créditos adquiridos	2.422.528	2.838.928	2.422.528	2.838.928
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	3.179.808	634.410	3.179.808	634.410
Valores a receber – royalties (3)	2.458.311	2.340	2.458.311	2.340
Valores a receber – FND	386.846	366.930	386.846	366.930
Valores a receber - correspondentes bancários	196.488	152.270	196.488	152.270
Valores a receber - resgate de bônus	91.515	86.034	91.515	86.034
Valores a receber - convênios de arrecadação	35.083	5.381	35.083	5.381
Valores a receber - créditos administrados	28.246	31.764	28.246	31.764
Valores a receber - planos de saúde autogestão	20.220	14.578	20.220	14.578
Valores a receber - cessão de créditos	106.375	100.330	106.375	100.330
Valores a apropriar	2.560.068	1.396.471	2.560.068	1.396.471
Outros devedores	215.763	202.638	213.607	201.416
Provisão para perdas - diversos (4)	(57.029)	(52.589)	(57.029)	(52.589)
Total	55.433.625	43.701.052	55.432.952	43.703.891
Ativo circulante	35.143.263	27.091.674	35.142.590	27.094.513
Ativo não circulante	20.290.362	16.609.378	20.290.362	16.609.378

(1) Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio repassados à União.

(2) Inclui créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9 (d)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(3) Contrato relativo a royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDENCIA.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – Moeda estrangeira	5.366	20.119
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda nacional	687.540	117.007
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda nacional	(6.174)	(22.931)
Ativo circulante	686.732	114.195
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – Moeda estrangeira	21.402	48.336
Obrigações por compras de câmbio – Moeda nacional	17.916	44.769
Passivo circulante	39.318	93.105

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas	3.863.648	5.452.090	776.054	1.038.570
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.863.648	5.452.090	776.054	1.038.570
Despesas	(4.126.915)	(5.900.843)	(759.249)	(1.012.243)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(4.126.915)	(5.900.843)	(759.249)	(1.012.243)
Resultado de câmbio	(263.267)	(448.753)	16.805	26.327

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Créditos	8.749.294	7.499.866
Cartão de crédito	6.279.297	4.610.807
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799
Devedores por compra de valores e bens	21.427	18.332
Créditos adquiridos (1)	2.422.528	2.838.928
Provisão (2)	(323.769)	(203.895)
Cartão de crédito	(218.995)	(142.463)
Créditos por avais e fianças honrados	(1.245)	(1.178)
Devedores por compra de valores e bens	(26.042)	(3.966)
Créditos adquiridos (1)	(77.487)	(56.288)
Créditos - líquidos de provisão	8.425.525	7.295.971

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Bens não de uso próprio	993.843	773.895
Imóveis patrimoniais não de uso	146.510	124.634
Imóveis adjudicados/arrematados	847.333	649.261
Despesas antecipadas	66.890	260.216
Material de consumo	26.326	24.332
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(31.614)	(103.028)
Total	1.055.445	955.415

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(26.291)	(103.028)	(113.128)	(122.953)
Constituição	(14.158)	(24.193)	(8.281)	(18.662)
Baixas	8.835	95.607	18.381	38.587
Saldo final	(31.614)	(31.614)	(103.028)	(103.028)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR) que representa cerca de 93% dos investimentos, que no período alcançou o montante de R\$ 4.272.753 (31/12/2012 – R\$ 3.964.971). O resultado da equivalência patrimonial no período foi de R\$ 360.793 (31/12/2012 – R\$ 197.042).

A carteira de investimento consolidada totalizou no período o montante de R\$ 3.340.772 (31/12/2012 – R\$ 3.278.656). É composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias CAIXAPAR				
Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
Banco PAN	143.307.049	54.802.722	49,00	37,00
Branes	3.400.010	-	2,00	2,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	8.161.452	-	48,21	48,21
Capgemini (1)	63.764.544	-	24,19	22,05
Caixa Seguros Participações - CSP	34.245.712	-	-	48,21
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.635.100	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,01	33,33

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2013	31/12/2012	2013 (1)		2012 (2)	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.082.025	1.918.861	328.050	642.050	296.912	534.343
Banco PAN	494.554	802.337	(145.541)	(295.557)	(271.803)	(365.991)
Capgemini	269.345	298.898	(11.737)	(29.244)	(22.772)	(22.772)
Elo Serviços	13.318	10.788	3.505	2.531	(1.633)	(7.489)
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.832	7.692	116	325	147	834
Caixa Seguros Participações - CSP	41.138	-	3.105	3.105	-	-
Crescer	9.323	102	(10.301)	(11.849)	-	-
Branes	1.897	1.373	(122)	(303)	-	-
BIAPE	788	1.248	153	-	91	163
FGO - Fundo de Garantia de Operações	201.552	113.208	-	-	-	-
FGHAB - Fundo Garantidor Hab. Popular	166.958	117.275	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	39.029	-	(442)	(1.359)	-	-
Outros Investimentos (3)	14.014	6.874	-	-	-	-
Total	3.340.773	3.278.656	166.786	309.699	942	139.088

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2013 das investidas da CAIXAPAR.

(2) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 30/11/2012 das investidas da CAIXAPAR.

(3) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos	Acum. 2013	Acum. 2012
Saldo anterior	354.058	151.403
Novas aquisições	-	269.707
Amortizações	(81.339)	(67.052)
Saldo atual	272.719	354.058

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	770.513	(182.191)	588.322	310.261	(105.760)	204.501
Edificações	713.871	(182.191)	531.680	257.059	(105.760)	151.299
Terrenos	56.642	-	56.642	53.202	-	53.202
Reavaliações de imóveis de uso	743.272	(157.772)	585.500	744.011	(137.648)	606.363
Edificações	543.219	(157.772)	385.447	543.592	(137.648)	405.944
Terrenos	200.053	-	200.053	200.419	-	200.419
Outras imobilizações de uso	5.667.682	(3.815.182)	1.852.500	4.697.398	(3.343.320)	1.354.078
Imobilizações em curso	41.928	-	41.928	30.959	-	30.959
Instalações, móveis e equip. de uso	1.293.521	(664.611)	628.910	1.065.680	(572.416)	493.264
Sistema de comunicação	91.387	(70.177)	21.210	84.315	(66.209)	18.106
Sistema de proc.de dados	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238	3.254.641	(2.489.587)	765.054
Sistema de transporte e segurança	321.770	(223.556)	98.214	261.803	(215.108)	46.695
Total	7.181.467	(4.155.145)	3.026.322	5.751.670	(3.586.728)	2.164.942

Informações do imobilizado de uso					
Descrição	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2013
Imóveis de uso	204.501	476.250	7.491	(99.920)	588.322
Edificações	151.299	472.159	8.142	(99.920)	531.680
Terrenos	53.202	4.091	(651)	-	56.642
Reavaliações de imóveis de uso	606.363	-	(1.065)	(19.798)	585.500
Edificações	405.944	-	(699)	(19.798)	385.447
Terrenos	200.419	-	(366)	-	200.053
Outras imobilizações de uso	1.354.078	978.821	(8.562)	(471.837)	1.852.500
Imobilizações em curso	30.959	19.494	(8.525)	-	41.928
Instalações, móveis e equip. de uso	493.264	227.846	(6)	(92.194)	628.910
Sistema de comunicação	18.106	7.073	-	(3.969)	21.210
Sistema de proc.de dados	765.054	664.441	(31)	(367.226)	1.062.238
Sist. de transp./segurança	46.695	59.967	-	(8.448)	98.214
Total	2.164.942	1.455.071	(2.136)	(591.555)	3.026.322

Com o índice de imobilização apurado de 12,85% (31/12/2012 – 12,58%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) a partir de 31/12/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível e diferido
(a) Intangível

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.565.970	(909.854)	1.656.116	2.318.971	(777.678)	1.541.293
Outros ativos intangíveis	324.200	(29.715)	294.485	324.200	(15.402)	308.798
Projetos logiciais - Software	727.408	(144.026)	583.382	347.675	(75.528)	272.147
Total	3.617.578	(1.083.595)	2.533.983	2.990.846	(868.608)	2.122.238

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2012	31/12/2013			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.541.293	615.255	(14.946)	(485.486)	1.656.116
Outros ativos intangíveis	308.798	-	-	(14.313)	294.485
Projetos logiciais - Software	272.147	382.154	-	(70.919)	583.382
Total	2.122.238	997.409	(14.946)	(570.718)	2.533.983

(b) Diferido

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores à sua edição, posicionados em setembro de 2008, foram mantidos até a sua efetiva realização ocorrida em dezembro de 2013. O valor apresentado na Nota 25, item “amortização”, está acrescido de R\$ 2.460 (R\$ 31.905 – 31/12/2012) relativo à despesa com amortização de ativos diferidos no período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))		(Nota 3 (t))
Depósitos à vista – sem remuneração	25.170.971	27.385.571	25.170.971	27.385.567
Pessoas físicas	10.193.256	10.611.223	10.193.256	10.611.223
Pessoas jurídicas	11.822.111	12.418.171	11.822.111	12.418.167
Vinculados	1.791.248	1.567.155	1.791.248	1.567.155
Governo	1.055.105	2.128.596	1.055.105	2.128.596
Moedas estrangeiras	4.980	817	4.980	817
Instituições do sistema financeiro	40.902	34.459	40.902	34.459
Entidades públicas	152.943	553.771	152.943	553.771
Outros	110.426	71.379	110.426	71.379
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	209.573.848	176.298.622	209.573.848	176.298.622
Pessoas físicas	205.688.360	173.221.588	205.688.360	173.221.588
Pessoas jurídicas	3.882.990	3.074.134	3.882.990	3.074.134
Vinculados	2.498	2.900	2.498	2.900
Depósitos interfinanceiros	2.353.562	10.293.433	2.353.562	10.293.433
Depósitos a prazo	113.801.680	96.534.906	113.516.246	96.534.780
Remuneração prefixada	50.530.631	38.931.575	50.245.198	38.931.448
Depósitos a prazo em moeda nacional	50.530.631	38.931.575	50.245.198	38.931.448
Remuneração pós-fixada	63.271.049	57.603.331	63.271.048	57.603.332
Depósitos a prazo em moeda nacional	18.942.280	20.078.207	18.942.280	20.078.208
Depósitos judiciais com remuneração	44.328.769	37.525.124	44.328.768	37.525.124
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	9.267.564	10.155.127	9.267.564
Sem remuneração	243.494	217.020	243.494	217.020
Remuneração prefixada	452.372	406.556	452.372	406.556
Remuneração pós-fixada	9.459.261	8.643.988	9.459.261	8.643.988
Total	361.055.188	319.780.096	360.769.754	319.779.966
Passivo circulante	304.015.240	280.729.181	303.729.806	280.729.051
Passivo não circulante	57.039.948	39.050.915	57.039.948	39.050.915

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL					CONSOLIDADO		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista	25.170.971	-	-	-	25.170.971	27.385.571	25.170.971	27.385.567
Depósitos de Poupança	209.573.848	-	-	-	209.573.848	176.298.622	209.573.848	176.298.622
Depósitos Interfinanceiros	-	85.174	2.141.199	127.189	2.353.562	10.293.433	2.353.562	10.293.433
Depósitos a prazo	44.386.556	3.938.282	8.564.083	56.912.759	113.801.680	96.534.906	113.516.246	96.534.780
CDB	32.425	3.938.282	8.564.083	56.912.759	69.447.549	58.984.087	69.162.115	58.983.961
Depósitos judiciais	44.328.768	-	-	-	44.328.768	37.525.124	44.328.768	37.525.124
Outros	25.363	-	-	-	25.363	25.695	25.363	25.695
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	-	-	-	10.155.127	9.267.564	10.155.127	9.267.564
Total	289.286.502	4.023.456	10.705.282	57.039.948	361.055.188	319.780.096	360.769.754	319.779.966

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre (Nota 3 (t))	Exercício (Nota 3 (t))
Depósitos de poupança	(6.089.293)	(10.963.146)	(4.758.712)	(9.609.998)
Depósitos interfinanceiros	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.968)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.149.983)	(5.363.500)	(1.923.907)	(3.868.121)
Depósitos judiciais	(1.091.516)	(1.969.409)	(824.410)	(1.598.557)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)
Outras captações	(255.903)	(481.754)	(201.209)	(378.311)
Total	(11.092.548)	(19.915.996)	(8.434.242)	(16.907.336)

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre (Nota 3 (t))	Exercício (Nota 3 (t))
Depósitos de poupança	(6.089.293)	(10.963.146)	(4.758.712)	(9.609.998)
Depósitos interfinanceiros	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.969)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.137.647)	(5.347.683)	(1.923.806)	(3.867.082)
Depósitos judiciais	(1.091.516)	(1.969.409)	(824.410)	(1.598.557)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)
Outras captações	(255.903)	(481.754)	(201.209)	(378.311)
Total	(11.080.212)	(19.900.179)	(8.434.141)	(16.906.298)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	4.719.449	2.956.080
Depósitos - Especiais com remuneração	1.729.558	1.553.913
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.794.679	2.450.151
Depósitos – FISANE	8.428	7.935
Depósitos – PRODEC	49.682	46.862
Programa de Integração Social – PIS	122.945	25.706
Fundo Garantia Safra – FGS	30.527	8.877
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	76.925	294.523
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	334.259	448.869
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.114	8.445
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	4.526	4.646
Depósitos – PREVHAB	523.094	486.031
Saúde CAIXA	243.494	215.002
Outros	509.447	760.524
Total	10.155.127	9.267.564

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	Taxa de Remuneração	2013		2012	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(256.074)	(488.593)	(156.641)	(375.666)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(53.573)	(109.354)	(91.320)	(167.698)
Depósitos - FISANE	TR	(258)	(492)	(230)	(471)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.611)	(3.086)	(1.454)	(2.984)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(14.921)	(27.069)	(16.087)	(40.941)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(3.612)	(5.289)	(3.448)	(7.108)
Depósitos - FAR	Selic	(11.371)	(27.716)	(12.534)	(30.671)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(16.298)	(30.684)	(16.869)	(41.042)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(12.192)	(21.145)	(8.913)	(19.467)
Depósitos - FAS	TR	(7)	(7)	(1)	(8)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(24.757)	(43.278)	(18.798)	(41.603)
Depósitos - Caução	TR	(3.726)	(183.091)	(934)	(2.616)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(17.374)	(30.206)	(13.154)	(23.722)
Outros		(51.213)	(89.412)	(28.958)	(58.384)
Total		(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			31/12/2013			31/12/2012		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					136.093	1.584.128	1.720.221	640.277	1.730.744	2.371.021
Proger urbano					67.245	1.116.098	1.183.343	568.656	1.176.271	1.744.927
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	67.243	1.111.422	1.178.665	568.630	1.170.618	1.739.248
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	26	26	-	32	32
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	2	4.650	4.652	26	5.621	5.647
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	1.120	6.735	7.855	1.154	18.503	19.657
FAT infraestrutura				-	66.779	458.011	524.790	68.364	528.992	597.356
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	66.779	458.011	524.790	68.364	528.992	597.356
FAT – PNMPO				-	949	3.284	4.233	2.103	6.978	9.081
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	949	3.284	4.233	2.103	6.978	9.081
Linhas de crédito especiais					299	74.159	74.458	3.758	75.372	79.130
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	299	74.159	74.458	327	74.188	74.515
FAT - giro setorial				-	-	-	-	3.431	1.184	4.615
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	2.102	711	2.813
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	1.329	473	1.802
Total					136.392	1.658.287	1.794.679	644.035	1.806.116	2.450.151

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Carteira própria (1)	83.815.366	47.601.744	83.730.605	47.402.335
Letras Financeiras do Tesouro	4.627.738	5.726.127	4.627.738	5.726.127
Letras do Tesouro Nacional	49.660.494	31.323.880	49.660.494	31.323.880
Notas do Tesouro Nacional	26.052.299	10.498.921	25.967.539	10.299.512
Debêntures	3.474.835	52.816	3.474.834	52.816
Carteira de terceiros	32.759.024	46.506.234	32.759.024	46.506.234
Letras Financeiras do Tesouro	11.103.849	14.485.341	11.103.849	14.485.341
Letras do Tesouro Nacional	10.315.230	11.309.679	10.315.230	11.309.679
Notas do Tesouro Nacional	11.339.945	20.711.214	11.339.945	20.711.214
Total	116.574.390	94.107.978	116.489.629	93.908.569
Passivo circulante	115.453.523	90.984.561	115.368.762	90.785.152
Passivo não circulante	1.120.867	3.123.417	1.120.867	3.123.417

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(3.002.098)	(5.198.342)	(1.901.866)	(3.617.312)
Carteira de terceiros	(3.396.625)	(5.151.258)	(1.938.564)	(4.099.346)
Carteira de livre movimentação	-	-	-	(103)
Total	(6.398.723)	(10.349.600)	(3.840.430)	(7.716.761)

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(2.998.350)	(5.188.300)	(1.894.270)	(3.589.130)
Carteira de terceiros	(3.396.625)	(5.151.258)	(1.938.564)	(4.099.346)
Carteira de livre movimentação	-	-	-	(103)
Total	(6.394.975)	(10.339.558)	(3.832.834)	(7.688.579)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2013	31/12/2012
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	600.065	600.065	568.713
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	12.723	12.723	12.052
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	9.913	9.913	17.958
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.691	8.691	8.236
Letra Imobiliária	CDI	4.175.747	5.698.018	11.656.523	29.501.100	51.031.388	26.586.977
Letra Financeira	CDI	1.675.799	2.768.006	10.260.036	8.112.248	22.816.089	17.626.747
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	112.598	127.487	788.861	1.395.305	2.424.251	1.055.828
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	587.701	587.701	-
Total		5.964.144	8.593.511	22.705.420	40.227.746	77.490.821	45.876.511
Passivo circulante						37.263.075	13.708.836
Passivo não circulante						40.227.746	32.167.675

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras Imobiliárias	(1.786.131)	(2.750.348)	(716.531)	(1.392.777)
Letras Hipotecárias	(52.358)	(92.223)	(53.820)	(98.448)
Letras Financeiras	(962.973)	(1.655.056)	(562.509)	(872.063)
Letras de Crédito do Agronegócio	(73.779)	(124.212)	(4.127)	(4.126)
Total	(2.875.241)	(4.621.839)	(1.336.987)	(2.367.414)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos denominados em dólar, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

Em outubro de 2013, a CAIXA efetuou nova emissão de títulos denominados em dólar, visando o financiamento de suas operações ativas. Foram colocados US\$ 1,250 bilhões, com prazo de 05 anos e remuneração de 4,651% ao ano. (cupom de juros de 4,50%)

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Título	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/12/2013 (1)	31/12/2012 (1)
Notas Seniores	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.878.261	2.109.985
Notas Seniores	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	2.302.609	1.016.698
Notas Seniores	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	1.151.303	-
Total						6.332.173	3.126.683

(1) Valores em milhares de R\$.

(d) Despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior referente ao 2º semestre de 2013 foi de R\$ 83.836 (2012 - R\$ 13.415). Em 31 de dezembro de 2013 a despesa acumulada do exercício foi de R\$ 126.825 (2012 - R\$ 13.415).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Repasses no país	158.322.179	123.737.439
FGTS	132.732.425	104.796.216
BNDES	23.631.046	17.556.030
Tesouro Nacional – PIS	659.562	755.602
Outras instituições	1.299.146	629.591
Empréstimos no exterior	3.231.933	43.300
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	896.512	40.803
Demais linhas de crédito	2.335.421	2.497
Total de obrigações por empréstimos e repasses	161.554.112	123.780.739
Passivo circulante	3.017.150	2.399.414
Passivo não circulante	158.536.962	121.381.325

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras, a juros de até 1,834% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2014. Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações p/ empréstimos/repasses do País – Instituições oficiais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FGTS	(4.011.402)	(7.437.294)	(2.819.676)	(5.793.739)
BNDES	(588.712)	(1.082.045)	(341.506)	(686.868)
Tesouro Nacional – PIS	(21.691)	(42.169)	(17.845)	(37.159)
Empréstimos no exterior	(108.203)	(191.823)	(962)	(1.591)
Fundo Marinha Mercante	(91.995)	(168.844)	-	-
Outras instituições (1)	(153.177)	(170.257)	(16.822)	(36.683)
Total	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)

(1) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado pelo diferencial de remuneração entre taxa Selic e TJLP devida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	264.352	258.984
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	39.318	93.105
Sociais e estatutárias	4.523.044	5.660.303
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.147.292	1.819.106
Negociação e intermediação de valores	44.592	5.075
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.852.307	7.629.604
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.518.594	40.643.728
Diversas (Nota 18 (e))	41.046.639	34.665.808
Total	97.436.138	90.775.713
Passivo circulante	57.606.259	50.958.435
Passivo não circulante	39.829.879	39.817.278

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	264.352	258.984
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	39.318	93.105
Sociais e estatutárias	4.523.044	5.660.303
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.367.098	1.973.675
Negociação e intermediação de valores	44.592	5.075
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.852.307	7.629.604
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.518.594	40.643.728
Diversas (Nota 18 (e))	41.047.008	34.666.083
Total	97.656.313	90.930.557
Passivo circulante	57.826.434	51.113.279
Passivo não circulante	39.829.879	39.817.278

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Tributos sobre salários a recolher	370.617	516.487
Tributos sobre serviços a recolher	279.247	168.785
Tributos sobre lucros a recolher	176.992	162.283
COFINS	152.285	139.903
PASEP	24.707	22.380
Tributos diferidos	1.066.177	710.680
Reavaliação – edificações	154.242	162.625
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861
Contratos futuros	734.097	-
Benefícios pós-emprego	116.805	-
Tarifas a receber da União	61.033	50.805
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	254.259	260.871
Total	2.147.292	1.819.106
Passivo circulante	1.993.050	1.656.481
Passivo não circulante	154.242	162.625

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Tributos sobre salários a recolher	370.617	516.487
Tributos sobre serviços a recolher	279.247	168.785
Tributos sobre lucros a recolher	186.598	171.980
Imposto de renda	2.772	3
Contribuição social	3.308	4.541
COFINS	155.182	144.137
PASEP	25.336	23.299
Tributos diferidos	1.276.377	855.552
Reavaliação – edificações	154.242	162.625
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	210.201	144.872
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861
Contratos futuros	734.097	-
Outros	177.837	50.805
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	254.259	260.871
Total	2.367.098	1.973.675
Passivo circulante	2.212.856	1.811.050
Passivo não circulante	154.242	162.625

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Fundos e programas sociais	7.268.366	5.893.513
FGTS	3.664.692	2.749.577
Minha Casa Minha Vida	2.567.678	2.209.705
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	269.911	266.760
Programas de transferência de renda	223.537	204.836
Outros fundos e programas	542.548	462.635
Fundos financeiros e de desenvolvimento	273.446	498.703
PIS	272.032	497.299
FAT	8	-
FINSOCIAL	1.406	1.404
Operações com loterias	1.310.495	1.237.388
Total	8.852.307	7.629.604

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital
(d.1) Dívidas subordinadas

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada e enquadrada como Instrumento de Dívida Elegível a Capital, conforme Resolução CMN nº 4.192/13.

Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Captação	Vencim.	Remuner. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortiz.	Saldo devedor 31/12/2013	Saldo devedor 31/12/2012
Rec. FGTS – Obrig. de Empréstimos	20/02/20	6,3%	out/05	3.439.717	2.475.626	(702.495)	5.212.848	3.083.699
Rec. FGTS – Obrig. de Empréstimos	20/04/26	5,996%	ago/11	3.000.000	469.062	-	3.469.062	3.266.648
Rec. FGTS – Obrig. de Empréstimos	20/07/32	5,082%	jun/12	3.000.000	240.169	-	3.240.169	5.840.388
Total							11.922.079	12.190.735

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao Nível II de capital.

O instrumento não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 5.999.999. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital Nível II.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a Caixa e a União foi autorizada no montante de até R\$ 12.999.998, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R\$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R\$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Em 12 de junho de 2013, por meio da Medida Provisória nº 620, foi autorizada uma nova contratação entre a Caixa e a União no montante de R\$ 8.000.000 como instrumento híbrido de capital e dívida. A operação foi realizada em 28 de junho de 2013 por meio de Letras do Tesouro Nacional, LTN com vencimento de R\$ 2.000.000 em 2014, R\$ 1.000.000 em 2015 e R\$ 5.000.000 em 2016.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos instrumentos híbridos:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Medida Provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	2.287.152	1.849.933
Medida Provisória nº 470/09	5.999.999	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	1.640.874	2.125.600
Medida Provisória nº 581/12	12.999.998	12.999.998
Atualização monetária e juros – MP nº 581/12	270.932	277.463
Medida Provisória nº 620/13	8.000.000	-
Atualização monetária e juros – MP nº 620/13	197.560	-
Total	36.596.515	28.452.993

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	7.174.505	7.354.728
Saúde Caixa	6.211.755	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação	751.678	844.804
Planos de benefícios - Previdência privada	211.072	233.758
Provisões para pagamentos a efetuar	3.901.708	3.424.430
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.996.143	9.504.385
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.086.733	2.629.178
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.642.634	3.511.622
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	52.599	43.308
Financiamentos imobiliários a liberar	5.830.105	4.742.900
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	301.567	352.091
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	4.323.518	2.485.104
Obrigações por convênios	296.761	258.503
Obrigações por contribuições ao SFH	30.442	28.611
Recursos do FGTS para amortizações	298.937	205.722
Valores a pagar a sociedades ligadas	110.182	125.067
Credores diversos exterior	805	159
Total	41.046.639	34.665.808

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Passivos atuariais - Benefícios pós emprego	7.174.874	7.354.728
Saúde Caixa	6.212.124	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação	751.678	844.804
Planos de benefícios - Previdência privada	211.072	233.758
Provisões para pagamentos a efetuar	3.901.706	3.424.705
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.996.143	9.504.385
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.086.733	2.629.178
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.642.635	3.511.622
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	52.599	43.308
Financiamentos imobiliários a liberar	5.830.105	4.742.900
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	301.567	352.091
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	4.323.518	2.485.104
Obrigações por convênios	296.761	258.503
Obrigações por contribuições ao SFH	30.442	28.611
Recursos do FGTS para amortizações	298.937	205.722
Valores a pagar a sociedades ligadas	110.182	125.067
Credores diversos exterior	806	159
Total	41.047.008	34.666.083

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN 3533/2008

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Cartões de crédito	6.130.233	4.604.588
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	255.135	253.687
Fornecedores	919.673	755.547
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	499.328	495.448
Crédito comercial – repasses	118.693	395.629
Crédito imobiliário – repasses	778.327	607.165
Obrigações com a União – repasses	37.899	35.247
Outros credores – poupança simplificada	499.852	499.944
Contas a pagar (2)	1.110.288	87.317
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	43.282	34.669
Valores a restituir – penhor	142.265	147.547
Valores a apropriar	2.071.678	1.412.988
Outros credores diversos	389.490	174.609
Total	12.996.143	9.504.385

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado pela reclassificação contábil de valores devidos ao FCVS relativos a créditos novados com duplicidade no cadastro do CADMUT.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Nos termos das Medidas Provisórias nº 600 de 28 de dezembro de 2012 e nº 620 de 12 de junho de 2013 a Caixa e a União celebraram contratos de concessão de crédito no montante de R\$8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais). Por meio desses contratos, a Caixa recepcionou recursos sob a forma de títulos da dívida pública mobiliária federal interna, enquadrados como Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital Principal, considerando o atendimento dos requisitos da Resolução 4.192, de 1º de março de 2013, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 15,13% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, e reserva estatutária composta pelas reservas de loterias e de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Reservas de reavaliação	392.929	423.165
Reservas de lucros	4.902.396	2.693.064
Reserva legal	2.005.496	1.669.327
Reserva estatutária – loterias	1.454.999	928.299
Reserva estatutária – margem operacional	1.441.901	95.438

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 2013, foi repassado à União o montante de R\$ 4.000.000, a título de antecipação de dividendos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido	6.723.372	6.066.054
Ajuste de exercício anterior	(427.681)	-
Reserva legal	(336.169)	(303.303)
Realização de reserva	11.403	42.463
Reserva de loterias	(526.699)	(521.104)
Base para cálculo dos dividendos	5.444.226	5.284.110
Dividendos declarados	4.097.762	5.188.673
Juros sobre o capital próprio	1.216.534	1.106.451
Dividendos	2.881.228	4.082.222

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R\$ 1.548.179 (31/12/2012 – R\$ 1.485.753) na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos Tributários						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	7.065.635	4.104.778	11.170.413	5.769.665	3.326.970	9.096.635
Provisão SFH	796.991	478.195	1.275.186	753.805	452.283	1.206.088
Provisão p/ causas judiciais	1.505.494	903.296	2.408.790	1.609.686	965.811	2.575.497
Outros	1.019.124	529.036	1.548.160	972.020	513.711	1.485.731
Provisão SAÚDE CAIXA - CPC 33	1.701.895	1.021.137	2.723.032	1.521.876	913.126	2.435.002
Ajuste a mercado – resultado	516.435	309.861	826.296	186.784	112.071	298.855
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	196.125	117.675	313.800	171.156	102.694	273.850
Ajuste perdas atuariais CPC 33	-	-	-	-	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	12.801.699	7.463.978	20.265.677	10.984.992	6.386.666	17.371.658
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.135.979)	-	(1.135.979)	(957.538)	-	(957.538)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(542.793)	(542.793)	-	(435.923)	(435.923)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(379.955)	(379.955)	-	(305.146)	(305.146)
Total	14.639.290	7.866.884	22.506.174	13.001.024	6.971.251	19.972.275

Créditos Tributários						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Ajuste a mercado – resultado	12.769	78.577	91.346	3.390	20.862	24.252
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	5.348	32.910	38.258	4.667	28.720	33.387
Total	18.117	111.487	129.604	8.057	49.582	57.639

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31 de dezembro de 2013 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2014	234.346	121.816	104.063	7.707.542	8.167.767
2015	447.145	-	114.926	5.468.417	6.030.488
2016	699.502	-	-	432.218	1.131.720
2017	395.876	-	-	419.232	815.108
2018	-	-	-	413.838	413.838
2019 a 2023	-	-	-	2.070.721	2.070.721
Total	1.776.869	121.816	218.989	16.511.968	18.629.642

VALOR PRESENTE					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2014	231.881	120.535	102.968	7.626.472	8.081.856
2015	415.829	-	106.877	5.085.432	5.608.138
2016	610.236	-	-	377.061	987.297
2017	323.368	-	-	342.446	665.814
2018	-	-	-	316.517	316.517
2019 a 2023	-	-	-	1.372.940	1.372.940
Total	1.581.314	120.535	209.845	15.120.868	17.032.562

(b) Movimentação do crédito tributário

A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R\$ 3.774.194 na demonstração consolidada.

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2012	20.029.914	(3.484.346)	16.545.568
Constituição de diferenças temporárias no período	3.774.188	-	3.774.188
Reversão de provisão	(1.014.115)	1.014.115	-
Constituição PASEP/COFINS	67.095	-	67.095
Constituição sobre títulos disponíveis para venda	44.821	-	44.821
Const. cred. tributário - Perda atuarial CPC 33	-	-	-
Realização do crédito tributário IRPJ	(178.441)	-	(178.441)
Realização do crédito tributário CSLL	(106.870)	-	(106.870)
Baixa de crédito tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(74.809)	-	(74.809)
Constituição de crédito de prejuízo fiscal	93.995	-	93.995
Saldo em 31/12/2013	22.635.778	(2.470.231)	20.165.547

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

INDIVIDUAL								
Descrição	2013				2012			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.062.426	2.062.426	5.158.541	5.158.541	1.606.455	1.606.455	4.193.085	4.193.085
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(515.594)	(309.364)	(1.289.611)	(773.781)	(400.477)	(240.294)	(1.048.247)	(628.963)
Efeitos tributários adições e exclusões	221.668	133.321	124.872	75.573	148.927	89.569	215.932	130.157
Juros sobre o capital próprio	149.422	89.654	304.133	182.480	138.596	83.158	276.612	165.968
Participação dos empregados nos lucros	170.748	102.449	265.826	159.496	164.143	98.486	237.500	142.500
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678	(15.353)	(15.768)	95.468	97.073
Incentivo fiscal	14.757	-	33.520	-	8.768	-	21.073	-
Reserva de reavaliação	2.158	1.294	5.502	3.300	15.268	9.161	18.277	10.966
Despesa corrente	35.289	9.163	(377.317)	(171.254)	59.872	24.312	(183.385)	(82.299)
Ativo fiscal diferido	1.408.287	859.344	2.268.474	1.239.589	1.300.551	499.464	2.012.754	843.609
Diferenças temporárias	1.400.418	851.154	2.352.920	1.421.268	805.215	483.696	1.517.684	940.682
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)	495.336	9.275	495.070	(57.102)
CSLL a 18%	-	3.372	-	(74.809)	-	6.493	-	(39.971)
Passivo Fiscal Diferido	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.809)
Despesa diferida/marcação a mercado	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.809)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	1.375.611	827.728	1.684.060	944.077	1.409.703	553.343	1.708.022	688.501

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO								
Descrição	2013				2012			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.078.565	2.078.565	5.175.372	5.175.372	1.624.283	1.624.283	4.214.652	4.214.652
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(519.639)	(311.785)	(1.293.829)	(776.306)	(404.934)	(242.969)	(1.053.638)	(632.198)
Efeitos tributários adições e exclusões	(292.754)	(175.974)	(270.557)	(162.984)	148.929	89.569	215.933	130.157
Juros sobre o Capital Próprio	149.422	89.654	304.133	182.480	138.597	83.158	276.613	165.968
Participação dos empregados nos lucros	170.748	102.449	265.826	159.496	164.143	98.487	237.500	142.500
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678	(29.650)	(30.351)	95.468	97.073
Incentivo fiscal	14.757	-	33.520	-	7.968	-	21.073	-
Reserva de reavaliação	2.158	1.294	5.502	3.300	15.268	9.161	18.277	10.966
Part. em coligadas e controladas	59.328	35.596	136.487	81.892	43.854	26.313	101.968	61.181
Outros	447.272	271.844	250.786	154.727	(37.419)	(13.783)	(112.445)	(63.667)
Despesa corrente	23.422	4.887	(389.691)	(175.717)	46.756	19.585	(199.251)	(88.020)
Ativo fiscal diferido	1.408.289	859.346	2.268.478	1.239.591	1.300.563	499.467	2.012.768	843.614
Diferenças Temporárias	1.400.420	851.156	2.352.924	1.421.270	805.227	483.699	1.517.698	940.687
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)	495.336	9.275	495.070	(57.102)
CSLL a 18%	-	3.372	-	(74.809)	-	6.493	-	(39.971)
Passivo Fiscal Diferido	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.808)
Despesa diferida/marcação a mercado	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.808)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	1.363.746	823.454	1.671.690	939.616	1.396.599	548.619	1.692.170	682.786

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584
Operações compromissadas	3.975.378	6.918.465	3.242.610	6.107.695
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.589.485	4.099.362	2.993.551	6.563.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	561.897	872.543	301.780	527.669
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.216.061	4.914.656	2.822.805	5.906.248
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.952.769	5.052.264	2.072.862	4.389.516
Créditos vinculados ao SFH	634.370	1.433.806	591.103	1.296.781
Resultado de operações de câmbio	-	-	16.805	26.327
Outras	371.625	652.631	226.831	369.651
Total	40.623.532	73.049.092	29.594.089	58.147.194

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL				
Descrição	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(13.461.936)	(23.399.648)	(9.045.225)	(17.822.400)
Operações com instituições financeiras	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.968)
Operações compromissadas	(6.398.723)	(10.349.600)	(3.840.430)	(7.716.761)
Empréstimos, cessões e repasses	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)
Depósitos especiais e fundos e programas	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.382)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)
Resultado de operações de câmbio	(263.267)	(448.753)	-	-
Outras	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)
Total	(30.631.892)	(53.870.322)	(20.917.256)	(41.291.333)

CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(13.449.599)	(23.383.832)	(9.045.123)	(17.821.362)
Operações com instituições financeiras	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.969)
Operações compromissadas	(6.394.976)	(10.339.557)	(3.832.835)	(7.688.579)
Empréstimos, cessões e repasses	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)
Resultado de operações de câmbio	(263.267)	(448.753)	-	-
Outras	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)
Total	(30.615.808)	(53.844.463)	(20.909.559)	(41.262.113)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	2.782.948	5.248.388	2.516.078	4.767.373
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (1)	1.771.786	3.463.630	1.583.961	3.091.560
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	58.174	109.419	47.252	93.292
Programa de Integração Social (PIS)	102.936	125.638	98.060	117.152
Loterias Federais	616.100	1.118.857	580.392	1.085.021
Financiamento Estudantil - (FIES)	108.001	203.162	83.940	158.042
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) (2)	40.950	84.792	46.311	92.479
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	55.036	80.526	45.616	80.336
Seguro-desemprego	28.782	59.753	29.991	59.766
Outros	1.183	2.611	555	(10.275)
Rendas de cartões	649.518	1.244.907	450.846	880.508
Operações de crédito e garantias prestadas	799.158	1.677.081	792.384	1.541.176
Cobrança	310.206	591.474	268.350	527.975
Arrecadações (2)	1.071.253	2.129.397	971.743	1.886.542
Fundos de investimentos e carteiras administradas (1)	723.668	1.372.733	598.269	1.119.831
Conta corrente	48.112	107.012	61.592	134.688
Programa de Transferência de Renda	188.344	365.151	156.767	296.018
Prestados a ligadas	309.211	572.678	249.448	525.888
Outros serviços	153.406	301.593	173.508	328.017
Total	7.035.824	13.610.414	6.238.985	12.008.016

1 – Valor de 2012 alterado devido à reclassificação de receitas com carteiras administradas de “FGTS” para “Fundos de investimentos e carteiras administradas”;

2 – Valor de 2012 alterado devido à reclassificação de receitas de taxas de administração do FAR de “Arrecadações” para “FAR”.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	179.977	329.821	123.277	237.954
Operações de crédito e cadastro	384.382	726.608	350.185	685.290
Pacote de serviços	682.507	1.244.604	521.481	971.162
Contas de depósito	162.173	296.834	132.166	253.345
Transferência de recursos	69.519	133.076	60.626	114.284
Outras	5.738	10.575	4.615	10.552
Total	1.484.296	2.741.518	1.192.350	2.272.587

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(5.340.500)	(10.087.438)	(4.633.207)	(8.662.681)
Salários e proventos	(4.825.006)	(9.214.292)	(4.209.758)	(7.968.396)
Indenizações trabalhistas	(515.494)	(873.146)	(423.449)	(694.285)
Benefícios	(1.032.582)	(1.950.396)	(874.700)	(1.467.081)
Encargos sociais:	(1.923.719)	(3.682.118)	(1.668.844)	(3.186.186)
FGTS	(360.242)	(688.623)	(313.949)	(600.745)
Previdência social	(1.123.630)	(2.138.873)	(965.545)	(1.843.550)
Prev. complementar	(333.404)	(650.650)	(282.470)	(550.020)
Outros encargos	(106.443)	(203.972)	(106.880)	(191.871)
Outros	(115.878)	(206.677)	(123.268)	(202.067)
Total	(8.412.679)	(15.926.629)	(7.300.019)	(13.518.015)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(5.341.142)	(10.088.685)	(4.633.870)	(8.663.895)
Salários e proventos	(4.825.648)	(9.215.539)	(4.210.421)	(7.969.610)
Indenizações trabalhistas	(515.494)	(873.146)	(423.449)	(694.285)
Benefícios	(1.032.582)	(1.950.395)	(874.700)	(1.467.081)
Encargos sociais:	(1.923.907)	(3.682.531)	(1.669.037)	(3.186.545)
FGTS	(360.282)	(688.709)	(313.988)	(600.814)
Previdência social	(1.123.742)	(2.139.120)	(965.667)	(1.843.768)
Prev. complementar	(333.425)	(650.699)	(282.487)	(550.065)
Outros encargos	(106.458)	(204.003)	(106.895)	(191.898)
Outros	(115.918)	(206.783)	(123.496)	(202.332)
Total	(8.413.549)	(15.928.394)	(7.301.103)	(13.519.853)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(336.120)	(631.977)	(317.248)	(638.815)
Manutenção e conservação de bens	(411.709)	(808.615)	(557.902)	(970.976)
Água e energia	(142.664)	(289.833)	(143.674)	(287.516)
Aluguéis e arrendamento de bens	(597.051)	(1.151.013)	(481.666)	(923.859)
Despesas de material	(101.154)	(199.300)	(115.820)	(232.823)
Processamento de dados	(539.015)	(1.079.804)	(495.555)	(966.207)
Promoções e relações públicas	(193.180)	(340.295)	(105.737)	(176.273)
Propaganda e publicidade	(310.517)	(453.706)	(221.448)	(413.860)
Serviços do sistema financeiro	(192.618)	(367.078)	(167.041)	(319.709)
Serviços de terceiros	(733.073)	(1.388.746)	(641.796)	(1.171.672)
Serviços especializados	(312.545)	(580.718)	(279.003)	(501.116)
Serviços de vigilância e segurança	(435.747)	(780.980)	(341.492)	(686.719)
Amortização	(289.393)	(577.724)	(294.671)	(498.488)
Depreciação	(308.112)	(591.556)	(239.838)	(455.951)
Outras administrativas	(206.870)	(383.113)	(189.323)	(325.434)
Total	(5.109.768)	(9.624.458)	(4.592.214)	(8.569.418)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(336.120)	(631.977)	(317.248)	(638.815)
Manutenção e conservação de bens	(411.709)	(808.615)	(557.902)	(970.976)
Água e energia	(142.664)	(289.833)	(143.674)	(287.517)
Aluguéis e arrendamento de bens	(597.051)	(1.151.014)	(481.666)	(923.859)
Despesas de material	(101.154)	(199.301)	(115.820)	(232.823)
Processamento de dados	(539.015)	(1.079.804)	(495.555)	(966.208)
Promoções e relações públicas	(193.180)	(340.295)	(105.737)	(176.273)
Propaganda e publicidade	(310.517)	(453.705)	(221.448)	(413.860)
Serviços do sistema financeiro	(192.618)	(367.078)	(167.041)	(319.710)
Serviços de terceiros	(733.073)	(1.388.745)	(641.796)	(1.171.672)
Serviços especializados	(312.752)	(581.932)	(281.120)	(506.877)
Serviços de vigilância e segurança	(435.747)	(780.980)	(341.492)	(686.719)
Amortização	(289.393)	(577.725)	(294.671)	(498.488)
Depreciação	(308.112)	(591.556)	(239.838)	(455.951)
Outras administrativas	(206.968)	(383.837)	(189.539)	(325.864)
Total	(5.110.073)	(9.626.397)	(4.594.547)	(8.575.612)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	241.730	373.613	85.085	142.299
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.144.953	4.610.817	2.089.305	3.671.759
Recuperação de despesas e encargos (1)	698.616	1.816.598	506.901	948.270
Reversão de outras provisões operacionais (2)	1.237.700	2.084.740	901.317	1.640.063
Receitas de cartões de crédito	19.837	32.784	80.315	156.425
Receitas de dividendos	2.926	4.904	81	1.379
Atualização de depósitos em garantia	293.666	531.159	229.270	520.359
Rendas de créditos específicos	27.359	48.599	21.438	100.280
Resultado com marcação a mercado hedge contábil (3)	(330.383)	-	-	-
Receitas de loterias	71.595	77.309	28.134	115.190
Reversão de despesas - repactuação IHCD (4)	193.283	193.283	-	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	89.724	134.560	925	3.505
Outras receitas operacionais	217.738	316.715	90.673	156.433
Total	4.908.744	10.225.081	4.033.444	7.455.962

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	241.730	373.613	85.085	142.299
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.144.953	4.610.817	2.089.305	3.671.759
Recuperação de despesas e encargos (1)	695.988	1.811.224	504.518	943.366
Reversão de outras provisões operacionais (2)	1.237.700	2.084.739	901.317	1.640.088
Receitas de cartões de crédito	19.837	32.784	80.315	156.424
Receitas de dividendos	50.793	62.451	64.291	73.207
Atualização de depósitos em garantia	293.666	531.159	229.270	520.359
Rendas de créditos específicos	27.359	48.598	21.438	100.280
Resultado com marcação a mercado hedge contábil (3)	(330.383)	-	-	-
Receitas de loterias	71.595	77.309	28.134	115.190
Reversão de despesas - repactuação IHCD (4)	193.283	193.283	-	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	89.724	134.560	925	3.505
Outras receitas operacionais	217.850	313.958	90.677	153.361
Total	4.954.095	10.274.495	4.095.275	7.519.838

- (1) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado, essencialmente por: (i) recuperação de perdas com FCVS; (ii) ressarcimento das despesas de repasse ao FGO relativa a valores cobrados concessão de empréstimos/financiamentos; (iii) recuperação de despesas com o preparo e a remessa de bloquitos na câmara de compensação interbancária; e (iv) recuperação de despesas com pessoal cedido e compensações de encargos sociais.
- (2) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado, essencialmente, por reversões de provisões para causas judiciais.
- (3) Reversão de receita verificada no 1º sem. de 2013, decorrente dos efeitos contábeis relativos à alteração do critério de classificação do instrumento financeiro derivativo destinado à proteção da captação externa, o hedge contábil foi reclassificado de hedge de fluxo de caixa para hedge de valor justo ou de risco de mercado (Nota 3 (f)).
- (4) Reversão de despesa do 1º semestre de 2013 decorrente de repactuação da taxa contratada de contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(390.592)	(765.161)	(297.100)	(402.637)
Obrigações com fundos e programas	(180.893)	(331.526)	(124.157)	(227.858)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(1.099.905)	(2.606.721)	(1.123.703)	(1.968.671)
Despesas com cartão	(579.512)	(1.035.228)	(442.075)	(838.635)
Despesas com loterias	(96.688)	(192.424)	(81.951)	(165.681)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais (1)	(1.012.758)	(2.015.173)	(888.158)	(1.674.986)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(240.725)	(480.551)	(221.819)	(449.963)
Serviços automatizados	(124.097)	(229.886)	(85.387)	(159.508)
Alavancagem de negócios	(179.561)	(324.799)	(181.723)	(281.502)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	(162.015)	(314.232)	(149.962)	(292.461)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(307.872)	(545.135)	(293.351)	(470.973)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(134.345)	(237.896)	(51.275)	(87.891)
Descontos de operações de crédito	(229.435)	(391.357)	(204.484)	(407.362)
Operações de fomento - atualização monetária	(65.863)	(96.396)	(8.433)	(21.138)
Título no exterior – marcação a mercado	181.460	141.802	-	-
Desp. provisões operacionais	(417.869)	(728.542)	(430.893)	(909.742)
Provisão para causas judiciais	(686.059)	(1.058.865)	(36.512)	(390.024)
Condenações judiciais	(48.297)	(101.632)	(84.385)	(143.890)
Benefícios sociais	(37.567)	(79.755)	(32.974)	(69.189)
Benefício pós-emprego	(533.428)	(885.420)	(296.188)	(593.285)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(83.836)	(126.825)	(13.415)	(13.415)
Outras	(326.170)	(571.577)	(628.148)	(825.342)
Total	(6.756.027)	(12.977.299)	(5.676.093)	(10.394.153)

(1) Aglutinação dos itens "Correspondente não Bancário" e "Desp. Revendedor Lotérico" divulgados separadamente em dezembro de 2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais	225.334	411.780	277.015	379.841
Lucro na alienação de valores e bens	126.131	180.658	141.263	199.820
Alienação de bens imóveis	13.925	99.279	13.109	27.179
Sobras de caixa não reclamadas	22.487	41.818	15.862	30.557
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	867	4.933	42.660	43.041
Multas e penalidades	19.374	33.014	9.280	18.882
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	36.503	40.862	45.129	45.129
Outras rendas não operacionais	6.047	11.216	9.712	15.233
Despesas não operacionais	(230.285)	(431.430)	(295.154)	(490.127)
Desvalorização de outros valores e bens	(9.183)	(12.869)	(416)	(2.470)
Indenizações por perdas e danos	(97.186)	(170.328)	(79.051)	(132.905)
Perdas em imóveis	(13.286)	(31.361)	(17.455)	(37.491)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(70.258)	(136.335)	(63.753)	(153.215)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(11.018)	(19.922)	(6.399)	(12.107)
Perdas em cartões de crédito	(20.793)	(41.042)	(18.592)	(36.747)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(869)	(1.883)	(59.186)	(59.186)
Perdas de capital	(1)	(4.394)	(45.085)	(45.090)
Outras despesas não operacionais	(7.691)	(13.296)	(5.217)	(10.916)
Total	(4.951)	(19.650)	(18.139)	(110.286)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(883.667)	(1.627.565)	(689.579)	(1.354.654)
PIS/PASEP	(143.596)	(264.479)	(86.986)	(185.764)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(248.118)	(471.501)	(205.830)	(386.473)
Despesas com IPTU	(3.729)	(52.198)	(3.591)	(44.400)
Outras	(2.858)	5.744	(6.773)	(33.220)
Total	(1.281.968)	(2.409.999)	(992.759)	(2.004.511)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(886.618)	(1.630.554)	(693.814)	(1.358.896)
PIS/PASEP	(144.237)	(265.129)	(87.905)	(186.685)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(248.118)	(471.500)	(205.830)	(386.473)
Despesas com IPTU	(3.729)	(52.199)	(3.591)	(44.400)
Outras	(2.858)	5.739	(6.773)	(33.593)
Total	(1.285.560)	(2.413.643)	(997.913)	(2.010.047)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**Ativos contingentes:**

A CAIXA não possui ativos contingentes reconhecidos contabilmente.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2012	2013				31/12/2013
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões/Baixas por pagamento	
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	260.871	24.052	14.555	56.869	(102.088)	254.259
INSS	47.682	1.111	4.918	3.456	(5.051)	52.116
ISS	155.371	5.175	6.030	41.833	(55.629)	152.780
Outros	57.818	17.766	3.607	11.580	(41.408)	49.363
Demandas Cíveis (Nota 18 (e))	3.511.622	321.724	204.240	255.288	(1.650.240)	2.642.634
Perdas e danos	1.311.473	223.274	101.531	39.646	(785.945)	889.979
Poupança	1.219.216	7.741	6.498	79.259	(583.585)	729.129
Loterias	11.586	1.010	1.233	3.294	(5.438)	11.685
Crédito imobiliário	104.094	41.624	9.309	5.147	(31.686)	128.488
Contingenciamento do FGTS	865.253	48.075	85.669	127.942	(243.586)	883.353
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.629.178	464.091	144.154	762.818	(913.508)	3.086.733
Outras (Nota 18 (e))	43.308	9.291	-	-	-	52.599
Total	6.444.979	819.158	362.949	1.074.975	(2.665.836)	6.036.225

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos referem-se a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, ausência permitida para interesse particular – APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2013, correspondem ao total de R\$ 1.416.310 (31/12/2012 - R\$ 1.390.798), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 52.116 (31/12/2012 - R\$ 47.682).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31/07/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a CAIXA sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão acerca da interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2013, corresponde ao montante de R\$ 537.665 (31/12/2012 - R\$ 336.734). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, a provisão constituída é de R\$ 152.780 (31/12/2012 - R\$ 155.371).

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 6.498 (31/12/2012 - R\$ 6.236), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

Em 09/10/2013, foi publicada a Lei n.º 12.865, que reabriu, até 31/12/2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/2009, prevendo, dentre outras disposições, a possibilidade de pagamento, com desconto nos encargos, de débitos relativos a tributos federais. A CAIXA, atenta a essa prerrogativa, avaliou as matérias em discussão e os respectivos impactos financeiros e contábeis, não verificando condições favoráveis para adesão ao programa.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de Dezembro de 2013 constavam 56,3 mil processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 55 mil “não relevantes” e 1,3 mil “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2013 constavam 303 mil processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 302,5 mil “não relevantes” e 500 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2013 a provisão constituída é de R\$ 729.129 (31/12/2012 - R\$ 1.219.216) para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31/12/2013 para estes processos é de R\$ 883.353 (31/12/2012 – R\$ 865.253).

Visando reduzir o litígio judicial em 2013, a CAIXA realizou 21 mil acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Demandas fiscais	4.778.552	4.761.175
Demandas cíveis	1.086.235	2.172.118
Demandas trabalhistas	-	49.449
Total	5.864.787	6.982.742

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 4.778.552, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 4.761.175), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.367.141, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 4.265.859), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis n.º 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) CSLL, no valor de R\$ 138.338, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 129.761), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

c) Autuação de ICMS pela Fazenda do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 122.196, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 – R\$ 119.393), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R\$ 1.086.235, classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Demandas fiscais	8.475.837	7.869.183
Demandas cíveis	666.706	592.193
Demandas trabalhistas	2.148.050	1.881.421
Total	11.290.593	10.342.797

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas
(a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco PAN S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco PAN que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.977.657	2.789.541
Banco PAN	4.977.657	2.789.541
Aplicações em operações compromissadas	-	499.992
Banco PAN	-	499.992
Rendas a receber	2.301.599	1.952.475
Caixa Seguros Holding S.A.	342	334
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.301.257	1.952.141
Créditos adquiridos	7.581.165	3.662.652
Banco PAN	7.581.165	3.662.652
Total	14.860.421	8.904.660

PASSIVOS		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos	171.758	584.727
Caixa Seguros Holding S.A.	11.680	19.015
FUNCEF	1.453	879
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	158.625	564.833
Repasses do país - instituições oficiais	(1.131)	16.528
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(1.131)	16.528
Obrigações diversas	36.867	34.213
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	36.867	34.213
Total	207.494	635.468

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

RECEITAS				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de depósitos interfinanceiros	189.228	296.663	84.464	173.135
Banco PAN	189.228	296.663	84.464	173.135
Rendas de prestação de serviços	365.044	654.912	296.005	608.224
Caixa Seguros Holding S.A.	309.211	572.678	249.448	525.888
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	55.833	82.234	46.557	82.336
Outras receitas operacionais	56.897	242.453	67.667	159.885
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	56.897	242.453	67.667	159.885
Total	611.169	1.194.028	448.136	941.244

DESPESAS				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesas administrativas – aluguéis	(14.449)	(64.641)	(30.304)	(52.807)
FUNCEF	(14.449)	(64.641)	(30.304)	(52.807)
Outras despesas operacionais	(1.464)	(3.010)	(1.532)	(3.191)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(1.464)	(3.010)	(1.532)	(3.191)
Total	(15.913)	(67.651)	(31.836)	(55.998)

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	12.752	20.148	6.087	11.361
Proventos	9.321	14.858	4.468	8.508
Encargos sociais	3.431	5.290	1.619	2.853

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

A provisão para benefícios a empregados possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Benefícios de curto prazo – natureza salarial” que apresenta o montante de R\$ 2.063.622 (31/12/2012 – R\$ 1.832.486) na demonstração consolidada.

Provisão para benefícios a empregados		
Descrição	31/12/2013	30/12/2012
		(Nota 3 (t))
Benefícios de curto prazo	2.488.533	2.303.841
Natureza salarial	2.063.252	1.832.211
Participação dos empregados no lucro	425.281	471.630
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	7.218.765	7.354.728
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	6.211.755	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	751.678	844.804
PREVHAB (cálculo atuarial)	44.260	47.570
Planos de benefícios – Previdência privada	211.072	186.188
Total	9.707.298	9.658.569

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

As provisões vinculadas aos benefícios pós-emprego são compostas por planos de aposentadoria, pensão, assistência médica e auxílio/cesta alimentação, conforme apresentado a seguir:

- (i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. Trata-se dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano.
- (ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego assumidos quando da extinção do Banco Nacional de Habitação – BNH.
- (iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, SASSE, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- (iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.
- (v) Os resultados atuariais do Saúde CAIXA e do PAMS são apresentados de forma agrupada, considerando tratar-se, ambos, de programas de assistência à saúde.
- (vi) A CAIXA administra benefícios pós-emprego de Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de benefícios - Previdência privada

(b.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.4) Taxa de desconto aplicada

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2012, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 12,02% e de 5,9% a.a. para a inflação.

(b.5) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Principais premissas utilizadas						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Financeiras:						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Projeção de aumentos salariais - média anual	8,66	8,04	8,74	8,55	8,74	8,55
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Demográficas:						
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e	
	AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F	

(ii) Quantidade de participantes dos planos de benefícios

Quantidade de participantes dos planos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos	28.872	30.945	11.088	11.000	83.359	76.262
Não salgado	2.995	3.251	11.088	11.000	83.359	76.262
Salgado	25.877	27.694	-	-	-	-
Assistidos (aposentados e pensionistas)	34.775	33.099	635	638	3.634	3.093
Total	63.647	64.044	11.723	11.638	86.993	79.355

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.761)	(254.250)
Custo do serviço corrente	(30.577)	(56.245)	(2.186)	(2.850)	(44.032)	(25.060)
Custo de juros	(4.358.610)	(3.967.316)	(58.801)	(47.419)	(47.873)	(28.993)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	7.164.152	(7.497.924)	149.530	(140.980)	78.527	(187.989)
Ajuste de experiência	(1.150.943)	(7.497.924)	25.011	(140.980)	(86.834)	(187.989)
Alterações premissas biométricas	161	-	(22.482)	-	(323)	-
Alterações premissas financeiras	8.314.934	-	147.001	-	165.684	-
Benefícios pagos pelo plano	1.840.401	1.652.193	6.207	7.312	9.360	8.532
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)

(iv) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166
Receitas de juros	4.434.400	4.719.039	41.947	39.444	28.278	31.975
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(7.223.118)	1.052.777	(162.582)	49.852	(41.742)	(20.395)
Contribuições do empregador	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Contribuições de participantes do plano	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Benefícios pagos pelo plano	(1.840.401)	(1.652.193)	(6.207)	(7.312)	(9.360)	(8.532)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (1)	-	-	100.905	85.210	110.167	100.979
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(40.287.215)	(44.902.581)	(400.800)	(511.245)	(381.612)	(386.781)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802
Superávit/ (déficit) do plano	767.751	748.088	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Efeito do teto do Ativo (2)	(767.751)	(748.088)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

(1) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pelo Banco.

(2) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

Conciliação do efeito de teto de ativo		
Descrição	REG/REPLAN	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Abertura no início do Ano	(748.088)	(6.465.329)
Despesa com juros / Rentabilidade	(75.789)	(751.723)
Total antes da remensuração	(823.877)	(7.217.052)
Remensuração	58.966	6.445.147
Custo de Serviço líquido / Contribuições	(2.840)	23.817
Total no final do ano	(767.751)	(748.088)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	-	-	(85.210)	-	(100.979)	(7.977)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.288)	(40.031)	(10.613)	(14.656)	(24.022)	(22.266)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.420)	23.817	(5.433)	(70.852)	10.601	(73.530)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

(Despesa) / Receita esperadas – exercício 2014 – CPC 33 (R1)			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(3.648)	(1.303)	(37.648)
Custo de juros líquido	-	(12.105)	(12.974)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(3.648)	(13.408)	(50.622)
Administração do plano	(882)	-	(223)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(4.530)	(13.408)	(50.845)

Pagamentos esperados – exercício 2014 – CPC 33 (R1)			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de risco (REB)	17.694	371	4.483
Administração	882	-	223
Total dos pagamentos esperados para o plano	18.576	371	4.706

(vii) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)							
Descrição	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
REG/REPLAN							
VP ¹ Obrigação atuarial	39.795.582	40.761.947	40.288.732	40.286.015	39.211.646	41.369.337	40.287.215
VJ ² Ativos	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966
Superávit / (Déficit)	1.259.384	293.019	766.234	768.951	1.843.320	(314.371)	767.751
REB							
VP ¹ Obrigação atuarial	504.389	498.954	506.925	496.609	484.500	520.303	501.705
VJ ² Ativos	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895
Superávit / (Déficit)	(204.494)	(199.059)	(207.030)	(196.714)	(184.605)	(220.408)	(201.810)
NOVO PLANO							
VP ¹ Obrigação atuarial	496.119	485.115	492.430	491.141	472.841	509.286	491.779
VJ ² Ativos	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445
Superávit / (Déficit)	(224.674)	(213.670)	(220.985)	(219.696)	(201.396)	(237.841)	(220.334)

VP¹ - Valor Presente / VJ² - Valor Justo

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Premissas Financeiras e Demográficas - EX-PREVHAB		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumentos salariais - média anual	N/A	N/A
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,02	9,91
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	N/A	N/A
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e	
	AT 2000 F	

(ii) Quantidade de participantes dos planos de benefícios

Quantidade de participantes do plano - EX-PREVHAB		
Descrição	2013	2012
Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	68	71
Total	68	71

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(47.121)	(37.535)
Custo de juros	(4.488)	(4.127)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	2.435	(9.355)
Ajuste de experiência	(4.820)	(9.355)
Alterações premissas financeiras	7.255	-
Benefícios pagos pelo plano	3.655	3.897
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(45.519)	(47.120)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	42.019	43.649
Receitas de juros	3.982	4.836
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	3.173	(2.570)
Benefícios pagos pelo plano	(3.655)	(3.897)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	45.519	42.018

(v) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(45.519)	(47.120)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	45.519	42.018
Superávit/ (déficit) do plano	-	(5.102)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	-	(5.102)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(5.102)	3.684
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(505)	709
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	5.607	(9.495)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	-	(5.102)

(vi) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - EX-PREVHAB					
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	
VP ¹ Obrigação atuarial	44.631	46.383	44.547	46.531	45.519
VJ ² Ativos	45.519	45.519	45.519	45.519	45.519
Superávit / (Déficit)	888	(864)	972	(1.012)	-

*VP - Valor Presente / **VJ - Valor Justo

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS. O custeio do plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 6.211.755 (31/12/2012 – R\$ 6.276.166).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas.

É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas Financeiras e Demográficas - Saúde CAIXA		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	9,13	8,55
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5
Aging Factor	Experiência CAIXA	
Projeção de aumento real dos custos de saúde (HCTR) média anual	1,5	1,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	3,02	3,06
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e	
	AT 2000 F	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Quantidade de participantes do plano

Quantidade de participantes do plano - Saúde CAIXA		
Descrição	2013	2012
Empregados	95.243	87.510
Dependentes de empregados	132.024	128.807
Assistidos (Ex-empregados, aposentados e pensionistas)	21.997	22.135
Dependentes de assistidos	27.018	29.350
Total	276.282	267.802

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - Saúde CAIXA		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(6.317.036)	(4.637.895)
Custo do serviço corrente	(352.180)	(288.160)
Custo de juros	(611.146)	(525.743)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	784.486	(1.134.176)
Ajuste de experiência	(857.351)	(1.134.176)
Alterações premissas biométricas	1.641.837	-
Benefícios pagos pelo plano	284.121	268.938
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(6.211.755)	(6.317.036)

(iv) Valor líquido do ativo (passivo) do plano reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - Saúde CAIXA		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial	(6.211.755)	(6.317.036)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(6.211.755)	(6.317.036)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - Saúde CAIXA		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.317.036)	(5.632.367)
Pagamento de benefícios líquido de carregamento administrativo	284.121	268.938
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(963.326)	(813.903)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	784.486	(139.704)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(6.211.755)	(6.317.036)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

Despesa / Receita esperadas – exercício 2014 - Saúde CAIXA	
Descrição	CPC 33 (R1)
Custo do serviço corrente líquido	(400.434)
Custo de juros líquido	(728.631)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.129.065)

Pagamentos esperados – exercício 2014 - Saúde CAIXA	
Descrição	CPC 33 (R1)
Benefícios	300.885
Total dos pagamentos esperados para o plano	300.885

(vi) Análise de sensibilidade dos custos médicos

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - Saúde CAIXA							
Descrição	Tábua Biométrica		HCTR		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:							
VP ¹ Obrigação atuarial	6.054.579	6.368.710	6.219.400	6.204.100	6.005.930	6.429.483	6.211.755
Superávit / (Déficit)	(6.054.579)	(6.368.710)	(6.219.400)	(6.204.100)	(6.005.930)	(6.429.483)	(6.211.755)

 VP¹ - Valor Presente

(e) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2013 a agosto de 2014 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2013 a agosto de 2014 é de R\$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 751.678 (31/12/2012 – R\$ 844.804).

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Premissas Financeiras e Demográficas - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	N/A	N/A
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	N/A	N/A
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Quantidade de participantes do plano de benefícios

Quantidade de participantes dos planos - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	2013	2012
Aposentados com auxílio alimentação	10.892	10.394
Aposentados com cesta alimentação	761	741
Pensionistas com auxílio alimentação	604	2.082
Pensionistas com cesta alimentação	22	71
Total	12.279	13.288

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(844.804)	(624.439)
Custo de juros	(75.413)	(68.856)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	82.387	(230.743)
Ajuste de experiência	(39.953)	(230.743)
Alterações premissas financeiras	122.340	-
Benefícios pagos pelo plano	86.152	79.234
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(751.678)	(844.804)

(iv) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(751.678)	(844.804)
Superávit/ (déficit) do plano	(751.678)	(844.804)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(751.678)	(844.804)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(844.804)	(638.356)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	86.153	79.234
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(75.413)	(68.856)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	82.386	(216.826)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(751.678)	(844.804)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

Despesa / Receita esperadas – exercício 2014 - Auxílio e Cesta Alimentação	
Descrição	CPC 33 (R1)
Custo de juros líquido	(84.876)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(84.876)

Pagamentos esperados – exercício 2014 - Auxílio e Cesta Alimentação	
Descrição	CPC 33 (R1)
Normais	91.235
Total dos pagamentos esperados para o plano	91.235

(vi) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - Auxílio e Cesta Alimentação					
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
VP ¹ Obrigação Atuarial	735.703	767.382	735.362	767.696	751.678
Superávit / (Déficit)	(735.703)	(767.382)	(735.362)	(767.696)	(751.678)

 VP¹ - Valor Presente

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, operacional, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Administração Risco Corporativo, vinculada à Diretoria de riscos e à Vice-Presidência de Riscos.

As atividades realizadas visam assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos e de capital como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2013 ¹	31/12/2012 ²
Patrimônio de Referência - PR	71.440.993	56.328.755
Nível I	59.518.914	28.689.489
Capital Principal - CP	34.437.984	24.386.066
Patrimônio Líquido	27.373.363	25.056.944
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	8.000.000	-
Ajustes prudenciais	(935.379)	-
Reservas de reavaliação	-	(423.165)
Créditos tributários excluídos do Nível I do PR	-	(154.673)
Ativo permanente diferido	-	(2.425)
Ajuste ao valor de mercado	-	(90.615)
Capital Complementar - CC	25.080.930	4.303.423
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	25.080.930	4.303.423
Nível II	11.922.079	28.689.489
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 4.192/2013	11.922.079	12.190.735
Reservas de reavaliação	-	423.165
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	15.984.974
Ajuste ao valor de mercado	-	90.615
Deduções do PR	-	(1.050.223)
Ações emitidas por instituições financeiras	-	(1.048.975)
Participação em instituição financeira no exterior	-	(1.248)
Ativos ponderados pelo risco - RWA	472.075.444	433.691.244
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	450.874.561	410.363.711
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	1.447.893	5.126.370
Taxa de juros – RWA_{JUR}	1.447.893	5.126.370
Commodities – RWA_{COM}	-	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	-	-
Risco operacional - RWA_{OPAD}	19.752.990	18.201.163
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido ($RWA * 0,11$) - PRMR	51.928.299	47.706.037
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	3.923.466	2.473.008
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	15.589.228	6.149.710
Índice de capital principal (CP / RWA)	7,30%	5,62%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	12,61%	6,62%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,13%	12,99%

(1) Regras de Basileia III, vigentes a partir de OUT/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 4.192/2013 e 4.193/2013, respectivamente, e demais normas vinculadas.

(2) Regras de Basileia II, vigentes até SET/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3.490/2007, respectivamente, e demais normas vinculadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Basileia III

Dando prosseguimento à implementação de Basileia III no Brasil, foram publicadas em 1º de Março de 2013 as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.192, 4.193 e 4.195, referentes às novas regras prudenciais. O Regulador determinou a observação dessas normas a partir de 01/10/2013. Nas regras de Basileia III os componentes de gestão de capital, como Patrimônio de Referência – PR e Patrimônio de Referência Exigido – PRE, sofrem modificações.

O PR continua correspondendo à soma do Nível I e do Nível II, contudo, o Nível I é segregado em Capital Principal e Capital Complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, como o indicador de Nível I e de Capital Principal, além do Índice de Basileia. Haverá também necessidade de observação de outros indicadores como o Adicional de Capital Principal a partir de 2016.

$$PR = NívelII + NívelIII$$

$$PR = Capital Principal + Capital Complementar + NívelIII$$

O PRE, soma das parcelas de risco de crédito, operacional e mercado, exceto carteira de não negociação, passa a ser considerado diretamente como ativos ponderados pelo risco (RWA) para a apuração dos indicadores.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN 3.988/11, com a Circular BACEN nº. 3.547/2011 e a Carta-Circular BACEN nº3.565/12. Em SET/13 a CAIXA submeteu ao BACEN o Relatório Extraordinário ICAAP data-base JUN/13.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração, se houver; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação. As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos. Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. Apresentamos a evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾		
Fatores de Risco	31/12/2013	31/12/2012
PRE	12.905	12.712
Cupom IPCA	7	5.985
Cupom SELIC	-	(3)
Cupom TR	1	6
VaR com ED	12.913	18.700

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Atualmente, a CAIXA mantém as exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (PCAM) protegidas por meio de operações de hedge com contratos futuros e operações de swap, o que resulta em uma exposição inferior a 2% do Patrimônio de Referência. Como consequência, a PCAM é igual a zero, nos termos da Circular BACEN nº 3.608/2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Ganhos / (Perdas)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVO						
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.671.673	3.078.676	7.671.035	3.078.687	(638)	11
Aplicações em operações compromissadas	37.232.669	72.104.596	37.229.588	72.104.596	(3.081)	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	162.406.138	138.383.189	161.826.343	146.598.519	(579.795)	8.215.330
Títulos para negociação	98.741.794	75.544.509	98.741.794	75.544.509	-	-
Títulos disponíveis para venda	16.939.498	16.568.059	16.939.498	16.568.059	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	46.724.846	46.270.621	46.145.051	54.485.951	(579.795)	8.215.330
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	488.024.608	361.239.369	475.469.738	371.360.456	(12.554.870)	10.121.087
Comercial	172.045.384	124.413.843	177.940.009	139.088.074	5.894.625	14.674.231
Habitação	270.392.302	205.788.891	259.412.788	203.587.803	(10.979.514)	(2.201.088)
Infraestrutura/Desenvolvimento	36.837.628	23.536.769	29.367.647	21.184.713	(7.469.981)	(2.352.056)
Outros créditos	8.749.294	7.499.866	8.749.294	7.499.866	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVO						
Captações de Recursos	153.295.906	108.012.976	155.484.450	111.612.392	2.188.544	3.599.416
CDB/RDB	69.472.911	59.009.782	68.403.221	59.025.574	(1.069.690)	15.792
LCI LH	77.490.821	45.876.511	80.521.427	49.480.871	3.030.606	3.604.360
Obrigações por TVM no Exterior	6.332.174	3.126.683	6.559.802	3.105.947	227.628	(20.736)
Captação em operações compromissadas	116.574.390	94.107.978	116.570.767	92.167.879	(3.623)	(1.940.099)
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	141.593.461	96.968.496	113.389.821	89.987.254	(28.203.640)	(6.981.242)
Exterior	3.231.933	43.300	3.227.204	43.559	(4.729)	259
Tesouro	36.868	34.213	38.427	35.470	1.559	1.257
FGTS (1)	132.732.425	92.605.481	102.947.269	84.625.048	(29.785.156)	(7.980.433)
BNDES	4.404.660	2.526.878	6.107.360	3.636.129	1.702.700	1.109.251
Depósitos não remunerados	1.187.575	1.758.624	1.069.561	1.647.048	(118.014)	(111.576)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (1)	48.518.594	40.643.728	36.496.451	37.432.524	(12.022.143)	(3.211.204)

(1) O valor de 2012 da dívida subordinada foi reclassificado de "FGTS" para "instrumentos de dívida elegíveis a capital" (valor contábil R\$ 12.190.735; valor marcado a mercado R\$ 10.479.497).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 28/03/2013, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475				
Instrumentos Financeiros – 31/12/2013				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(200.377)	(4.748.683)	(8.991.157)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(17.960)	(432.859)	(833.352)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(477.466)	(10.925.068)	(20.054.363)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(13.221)	(13.276)	(15.160)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais. A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento;
- Processo de gerenciamento; e
- Divulgação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

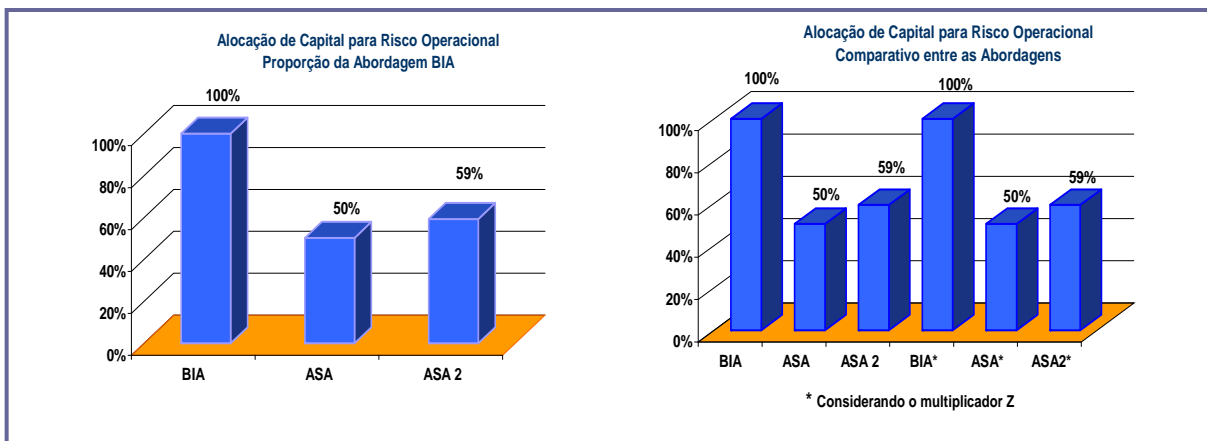
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional é formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria. O Processo de gerenciamento de Risco Operacional na CAIXA é composto pelas seguintes etapas: Identificar, Avaliar, Controlar/mitigar, Monitorar, e Reportar. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos. A divulgação de informações de Risco Operacional na CAIXA é definida segundo o objetivo e o público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008. Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Circular BACEN nº 3.647/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circular citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum com o mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como uma parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

Os requisitos mínimos para a candidatura ao uso do modelo interno são:

- Base de dados internos - Base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas e que deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas que auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios – Séries de tempo que refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a área de Gestão de Risco Operacional, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados		
Descrição	31/12/2013 (1)	31/12/2012 (2)
PIS (3)	28.415.317	28.581.836
FGTS	62.978.979	46.787.221
FAR	18.316.041	8.058.235
FDS	1.190.819	1.147.428
FAS (3)	24.495	27.953
FGS	137.246	65.540
FGHAB	1.364.939	1.207.139
CCA	45.725	33.333
CCAM	21	17
FGCN	3.941.813	3.505.323
FCE	98	15
Total	116.415.493	89.414.040
FCVS	(90.620.246)	(87.053.639)

(1) Posição de novembro de 2013.

(2) Posição de novembro de 2012.

(3) Posição de dezembro de 2013.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2012 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 167.717 (31/12/2012 - R\$ 160.608).

(f) Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, que, dentre outras providências:

- Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;
- Revoga o Regime Tributário de Transição;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A MP 627 ainda não foi convertida em lei, o que é necessário para uma análise conclusiva acerca dos temas nela tratados. Não obstante, considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem destacados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Roberto Derzie de Santanna
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Gilberto Magalhães Occhi
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEGUNDO SEMESTRE DE 2013**

O Comitê de Auditoria da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL desenvolveu suas atividades de forma independente, fundado essencialmente nas disposições da Resolução CMN nº 3.198, de 27.05.2004, e orientado pelo Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho de Administração.

Ao longo do segundo semestre de 2013, o Comitê:

- i) manteve regulares encontros com diversas áreas da empresa, participou de reuniões com os Conselhos Diretor e Fiscal e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração, ocasiões em que expôs seu posicionamento sobre diversos aspectos inerentes ao exercício de suas funções e formulou sugestões de aperfeiçoamentos;
- ii) cuidou, igualmente, de discutir relatórios, planos e ações das auditorias e das áreas responsáveis pela contabilidade, controle interno e gerenciamento de riscos, avaliando informações e diagnósticos e debatendo oportunidades de aprimoramentos como resposta imprescindível ao notável crescimento, em magnitude e complexidade, da CAIXA;
- iii) acompanhou recomendações emanadas dos diversos órgãos externos de fiscalização e das várias instâncias de controle, atualizando-se quanto ao estágio das ações desenvolvidas com vistas ao seu tempestivo cumprimento;
- iv) atentou para os reflexos do novo modelo de gestão – em implementação – na dinâmica da atuação da Empresa, especialmente quanto aos aspectos relacionados a controles internos, gestão de riscos e auditoria.

As informações colhidas em diversas dessas oportunidades, em particular aquelas produzidas pelas áreas responsáveis pelo controle interno e gerenciamento de riscos, ouvidoria e pelas auditorias independente e interna, e as recomendações/determinações oriundas dos órgãos externos de fiscalização constituíram, a par de suas próprias observações e análises, a base da formação da opinião do Comitê, a seguir resumidamente estampada.

Assim, ante os elementos até aqui conhecidos e ponderadas devidamente as responsabilidades e limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê conclui que:

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, observada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao novo modelo de gestão, ao atual porte e a maior complexidade operacional da Empresa;
- ii) a atuação da auditoria interna mostrou-se efetiva, não elidindo a necessidade de permanentes ações que se harmonizem ao novo patamar alcançado pela Instituição;
- iii) a atuação da auditoria externa ostentou nível satisfatório, não tendo sido identificadas situações que pudessem comprometer a sua independência; e
- iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, indicam terem sido elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos nucleares, a situação patrimonial e financeira da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em 31.12.2013.

Brasília (DF), 12 de março de 2014.

Jose Carlos Monteiro Medeiros
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Arnaldo José Vollet
Membro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição"), identificadas como Individual e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Caixa Econômica Federal - CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 7.b, que descreve que em 31 de dezembro de 2013 a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS no montante líquido de R\$20.798 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$7.140 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$3.188 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$15.404 milhões, em 31 de dezembro de 2013, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150, de 2000. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 20 às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2013, a CAIXA (individual e consolidado) possui R\$22.636 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$2.470 milhões. O valor líquido de R\$20.166 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da Administração considerando a realização prevista para os próximos 10 exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar, da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A. possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$2.811 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota 3.t, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de março de 2014, sem modificações, contendo ênfases sobre os créditos com FCVS e créditos tributários.

São Paulo, 14 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-DF

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

Parecer do Conselho Fiscal**PARECER Nº 02/2014 – ATA Nº 648, DE 14/03/2014**

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, o Balancete Mensal, o Estudo do Crédito Tributário e a Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao exercício de 2013.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, o Balancete mensal, o Estudo do Crédito Tributário e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2013. Os membros do Conselho, tendo em vista os documentos apresentados pela Empresa, a análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e com base no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, nos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, e considerando as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo as ênfases contidas em seu relatório, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Brasília, 14 de março de 2014.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Conselheiro Suplente

ISAMARA BARBOSA CAIXETA
Conselheira Suplente

LUIZ ROBERTO BEGGIORA
Conselheiro

WELLINGTON VITURINO DE OLIVEIRA
Conselheiro

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Presidente

Parecer do Conselho da Administração**P A R E C E R**

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea “f”, do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., considerando as recomendações do Conselho Fiscal, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31/12/2013.

Brasília, 14 de março de 2014.

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

MARDEN DE MELO BARBOZA
Conselheiro

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

JORGE FONTES HEREDA
Vice-Presidente

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Presidente